

2
0
1
1

PRESTAÇÃO DE CONTAS
- RELATÓRIO DE GESTÃO SEMESTRAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
António Domingos Silva Tiago

VEREADORA
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA
Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADOR
Manuel Marques Nogueira dos Santos

VEREADOR
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

VEREADOR
Mário José Gomes Gouveia

VEREADOR
José Manuel Santos Correia

VEREADORA
Maria Inês Loureiro Rodrigues

2
0
1
1

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL



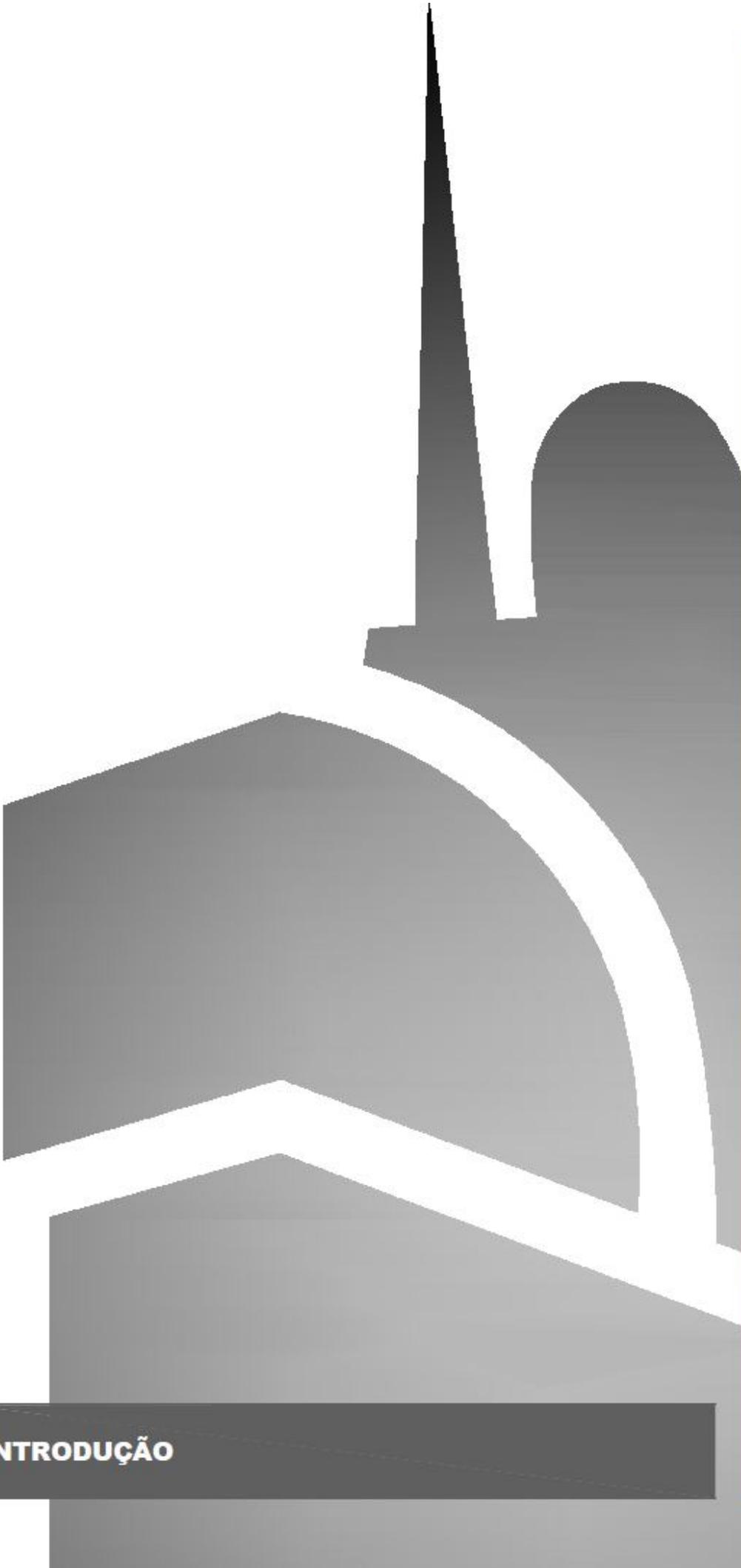
2
0
1
1

ÍNDICE

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
ANÁLISE ORÇAMENTAL	13
ANÁLISE ORÇAMENTAL	15
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL	15
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	16
ALTERAÇÕES E REVISÕES	16
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	18
EXECUÇÃO DA RECEITA	19
EXECUÇÃO DA DESPESA	20
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	21
Fluxos de Caixa	21
Contas de ordem	22
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	25
ENQUADRAMENTO	27
DÍVIDA TOTAL	29
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	30
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA	33
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	35
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU	38
LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	39
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS	40
LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	41
Limite dos Empréstimos de Curto Prazo	41
Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	42
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	45
ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	51
BALANÇO	55
ACTIVO	57
Activo Não Corrente	58
Activo Corrente	59
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	61
PASSIVO	62
Passivo Não Corrente	63
Passivo Corrente	63
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	63
FUNDOS PRÓPRIOS	64
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	65
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC	77



2
0
1
1

INTRODUÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 48º da Lei das Finanças Locais, compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a respectiva situação económico-financeira.

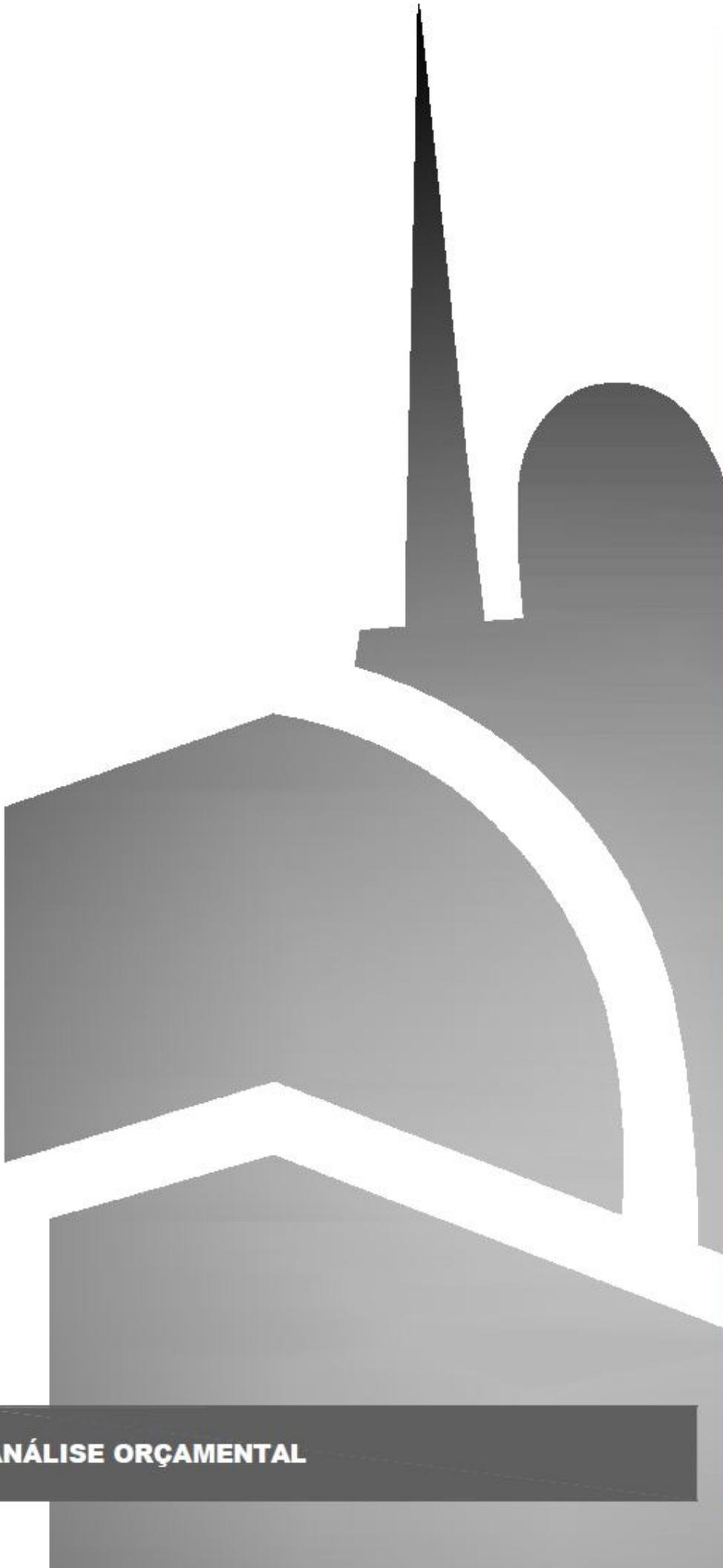
O presente relatório de gestão semestral encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da situação económica e financeira do Município à data de 30 de Junho de 2011.

Considerando a necessidade de sistematizar os diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, afigura-se assim estruturado:

No primeiro capítulo desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma breve abordagem à Receita e à Despesa Municipal.

No segundo capítulo inclui-se uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e da organização.

Por último, insere-se uma análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.



2
0
1
1

ANÁLISE ORÇAMENTAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com o objectivo de avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto promove-se de seguida uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado, registando-se que a análise comparativa dos níveis de execução durante este primeiro semestre de 2011 é realizada com base nos dados produzidos em período análogo do ano anterior, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança efectiva e a taxa de execução da despesa às obrigações efectivamente pagas bem como à despesa realizada.

Considerando a inexistência de um orçamento semestral durante o período em análise não é possível alcançar, na quase totalidade das rubricas, taxas de execução de 100%, podendo no limite ser desejável atingir índices de 50%, como é o caso das rubricas que estão associadas a actividades municipais que apresentam um comportamento regular e sistemático ao longo do exercício económico.

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

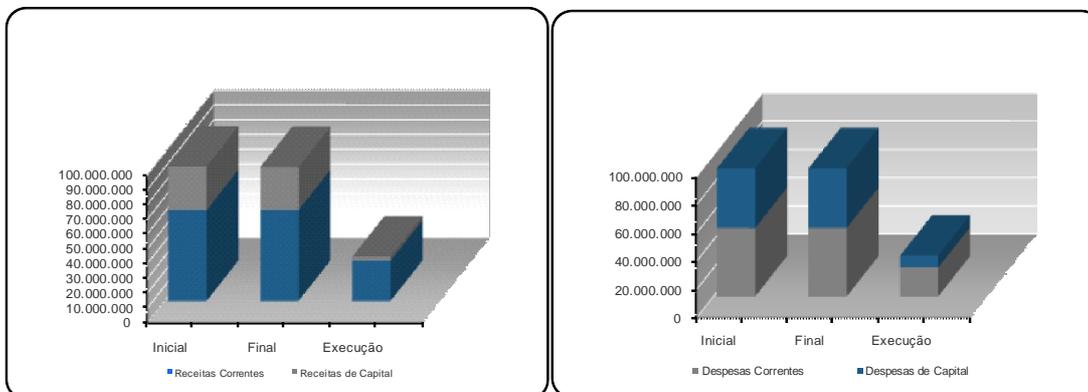
ORÇAMENTO DE 2011						
1º Semestre de 2011						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	61.366.560	61.366.560	0	27.166.991	-34.199.569	44,27%
Receitas de Capital	29.415.525	29.062.951	-352.574	2.665.667	-26.397.283	9,17%
Outras Receitas (Rep.não abatidas nos pag.)	11.200	11.200	0	731	-10.469	6,53%
Saldo da gerência anterior		352.574	352.574	352.574	0	100,00%
Total	90.793.285	90.793.285	0	30.185.964	-60.607.321	33,25%
Despesas Correntes	48.439.985	48.506.985	67.000	20.450.059	-28.056.927	42,16%
Despesas de Capital	42.353.300	42.286.300	-67.000	8.431.721	-33.854.579	19,94%
Total	90.793.285	90.793.285	0	28.881.779	-61.911.506	31,81%

Unidade: Euros

A observação dos dados permite concluir que, durante o primeiro semestre de 2011 o orçamento municipal não sofreu qualquer alteração na sua dotação global, mantendo-se a previsão final igual à inicial nos 90.793.285€, apesar do orçamento ter sido sujeito a nove modificações uma vez que daí apenas derivaram meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica sem qualquer impacto na sua dotação final.

Por conta deste valor global orçado, o total da despesa executada ascende a 28.881.779€ e, excluído o saldo da gerência anterior, o total da receita cobrada a 29.833.389€

COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO
1.º SEMESTRE DE 2011



MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES E REVISÕES

Porque em matéria de execução orçamental muitas das vezes é necessário reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efectivas necessidades do ciclo de gestão, durante o período em apreço foi preciso recorrer a nove modificações orçamentais nos termos a seguir identificados, não tendo nenhuma delas qualquer impacto na dotação global do orçamento, como já foi referido.

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
1.º Semestre de 2011		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	8	1
Plano Plurianual de Investimentos	7	0
Plano de Actividades Mais Relevantes	7	1
Orçamento da Receita	1	0

Unidade: Número

Centrando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos efectuados, obtêm-se os seguintes quadros, no qual se agregam os reforços e as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA								
1.º Semestre de 2011								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	48.439.985	53,35%	2.195.702	2.128.702	48.506.985	53,43%	67.000	0,14%
01 Despesas com o pessoal	20.988.720	23,12%	1.114.961	1.021.806	2.108.1875	23,22%	93.155	0,44%
02 Aquisição de Bens e Serviços	18.429.435	20,30%	769.681	883.596	18.315.520	20,17%	-113.915	-0,62%
03 Juros e Outros Encargos	1.618.950	1,78%	9.600	0	1.628.550	1,79%	9.600	0,59%
04 Transferências Correntes	3.416.840	3,76%	19.160	118.700	3.287.300	3,62%	-129.540	-3,79%
05 Subsídios	2.636.640	2,90%	132.300	0	2.768.940	3,05%	132.300	5,02%
06 Outras Despesas Correntes	1.349.400	1,49%	150.000	74.600	1.424.800	1,57%	75.400	5,59%
Despesas Capital	42.353.300	46,65%	2.211.200	2.278.200	42.286.300	46,57%	-67.000	-0,16%
07 Aquisição de Bens de Investimento	28.033.875	30,88%	2.017.500	1.770.400	28.280.975	31,15%	247.100	0,88%
08 Transferências de capital	5.686.950	6,26%	193.700	507.800	5.372.850	5,92%	-314.100	-5,52%
09 Activos Financeiros	984.325	1,08%	0	0	984.325	1,08%	0	0,00%
10 Passivos Financeiros	7.648.050	8,42%	0	0	7.648.050	8,42%	0	0,00%
11 Outras Despesas de Capital	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
TOTAL	90.793.285	100,00%	4.406.902	4.406.902	90.793.285	100,00%	0	0,00%

Unidade Euros

Em consequência das oito alterações realizadas ao orçamento da despesa registaram-se reforços no valor global de 4.406.902€ que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, sendo de evidenciar que a componente com maior modificação positiva foi a do grupo de “Aquisição de Bens de Investimento”, devido à necessidade de reforçar as dotações de diversos projectos de investimento de forma a permitir a sua apreciação em sede de candidaturas a submeter a co-financiamento comunitário no âmbito do QREN, cuja concretização dos projectos está condicionada à aprovação das mesmas. As modificações desta rubrica de “Aquisição de Bens de Investimento” consubstanciam as sete alterações ao Plano Plurianual de Investimentos.

Comportamento inverso está indexado à rubrica de “Transferências de Capital” que sofreu no cômputo geral modificações negativas no valor de (-) 314.100€, o que corresponde a uma diminuição das dotações iniciais de (-) 5,52% em resultado de algum esforço de contenção de despesa nesta área.

Na alçada do Plano das Actividades Mais Relevantes nenhuma das sete alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objectivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projectos.

A revisão ao Plano das Actividades Mais Relevantes não teve qualquer impacto na dotação global do Orçamento, e teve como único fim assegurar a dotação financeira em exercícios futuros dos dois projectos a seguir identificados:

- Objectivo programa 2.4.5 - Projecto 8/PAM/2005 - “Comparticipação à “Maiambiente, E.M” na gestão corrente das suas actividades;
- Objectivo programa 2.4.5.1.8 - Projecto 5/PAM/2007 – Contrato Programa com a Academia das Artes da Maia – Produções culturais, E.M.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA								
1.º Semestre de 2011								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	61.366.560	67,59%	0	0	61.366.560	67,59%	0	0,00%
01 Impostos Directos	35.725.400	39,35%			35.725.400	39,35%	0	0,00%
02 Impostos Indirectos	4.908.000	5,41%			4.908.000	5,41%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1.163.000	1,28%			1.163.000	1,28%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	3.138.800	3,46%			3.138.800	3,46%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	13.497.944	14,87%			13.497.944	14,87%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	2.508.630	2,76%			2.508.630	2,76%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	424.786	0,47%			424.786	0,47%	0	0,00%
Receitas Capital	29.415.525	32,40%	0	352.574	29.062.951	32,01%	-352.574	-1,20%
09 Venda de Bens de Investimento	23.709.500	26,11%		352.574	23.356.926	25,73%	-352.574	-1,49%
10 Transferência de Capital	5.619.225	6,19%			5.619.225	6,19%	0	0,00%
11 Activos Financeiros	100	0,00%			100	0,00%	0	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	86.700	0,10%			86.700	0,10%	0	0,00%
Outras Receitas	11.200	0,01%	352.574	0	363.774	0,40%	352.574	3147,99%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	11200	0,01%			11200	0,01%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior		0,00%	352.574		352.574	0,39%	352.574	
TOTAL	90.793.285	100,00%	352.574	352.574	90.793.285	100,00%	0	0,00%

Un: Euros

A única alteração formalizada ao Orçamento da Receita teve por fim integrar o “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 352.574€ sem ter qualquer impacto na dotação global do orçamento ao proceder-se ao respectivo ajustamento por via da diminuição do saldo da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, ainda com dotação excedentária, perante a reiterada impossibilidade de concretizar um conjunto de expectativas de arrecadação de receita por circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL								
	1.º SEMESTRE 2010				1.º SEMESTRE 2011			
	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %
Receitas Correntes	64.519.223	27.559.460	-36.959.763	42,72%	61.366.560	27.166.991	-34.199.569	44,27%
Receitas de Capital	40.167.832	3.405.765	-36.762.067	8,48%	29.062.951	2.665.667	-26.397.283	9,17%
Outras Receitas	100	7.011	6.911	7011,23%	11200	731	-10.469	6,53%
Saldo da gerência anterior	1073.705	1073.705	0	100,00%	352.574	352.574	0	100,00%
Total	105.760.860	32.045.941	-73.714.919	30,30%	90.793.285	30.185.964	-60.607.321	33,25%
Despesas Correntes	52.701.875	21.584.819	-31.117.056	40,96%	48.506.985	20.450.059	-28.056.927	42,16%
Despesas de Capital	53.058.985	9.674.947	-43.384.038	18,23%	42.286.300	8.431.721	-33.854.579	19,94%
Total	105.760.860	31.259.766	-74.501.094	29,56%	90.793.285	28.881.779	-61.911.506	31,81%

Unidade: Euros

Da observação dos dados, retira-se que os valores de execução orçamental das diferentes rubricas de classificação económica apesar de reduzirem apresentam, comparativamente ao período homólogo, um aumento da sua taxa de execução orçamental.

EXECUÇÃO DA RECEITA

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA						
Descrição	1.º Semestre 2010		1.º Semestre 2011		Variação da Cobrança 2010/2011	
	Execução (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Taxa variação [(c)-(a)]/(a)
Receitas Correntes:	27.559.460	61.366.560	27.166.991	44,27%	-392.469	-1,42%
Impostos Directos	14.317.973	35.725.400	14.870.692	41,62%	552.720	3,86%
Imposto Municipal s/ Imóveis	9.646.483	17.574.200	10.230.228	58,27%	584.044	6,05%
Imposto Único de Circulação	1.449.205	2.632.200	1.230.950	56,90%	81.745	7,11%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	2.961.730	6.238.900	3.394.872	54,47%	433.142	14,62%
Derrama	509.206	9.479.900	0	0,00%	-509.206	-100,00%
Impostos abolidos	30.353	242.100	4.643	6,05%	-15.711	-51,76%
Impostos directos diversos	21.295	27.100	0	0,00%	-21.295	-100,00%
Impostos Indirectos, Taxas Multas e Outras Penalidades	2.571.289	6.071.000	2.561.896	42,20%	-9.393	-0,37%
Mercados e Feiras	26.667	35.600	17.265	48,50%	-9.402	-35,26%
Loteamento e Obras	2.088.075	3.999.900	1.004.148	25,10%	-1.083.926	-51,9%
Ocupação da Via Pública	39.267	1.297.200	814.669	62,80%	775.402	1974,69%
Publicidade	244.481	253.500	330.517	130,38%	86.036	35,19%
Caça, uso e porte de arma	0	100	0	0,00%	0	
Multas e Outras Penalidades	55.082	200.500	260.413	129,88%	205.331	372,77%
Outros	17.718	284.200	134.884	47,46%	17.136	14,58%
Rendimentos de Propriedade	1.585.604	3.138.800	1.203.109	38,33%	-382.495	-24,12%
Transferências Correntes	7.170.710	13.497.944	6.701.075	49,65%	-469.634	-6,55%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.872.455	2.508.630	1.776.517	70,82%	-95.938	-5,12%
Outras Receitas Correntes	41.429	424.786	53.701	12,64%	12.272	29,62%
Receitas de Capital:	3.405.765	29.062.951	2.665.667	9,17%	-740.098	-21,73%
Venda de Bens de Investimento	1.111.190	23.356.926	23.613	0,10%	-1.087.577	-97,87%
Transferências de Capital	2.292.420	5.619.225	2.639.938	46,98%	347.518	15,16%
Activos Financeiros	2.155	100	2.116	2115,84%	-40	-1,84%
Passivos Financeiros	0	0	0		0	
Outras Receitas de Capital	0	86.700	0	0,00%	0	
Outras Receitas (Rep.não abatidas nos pag.)	7.011	11.200	731	6,53%	-6.280	-89,57%
Total das Receitas	30.972.236	90.440.711	29.833.389	32,99%	-1.138.847	-3,68%
Saldo da Gerência Anterior	1073.705	352.574	352.574			
Total da Receita com Saldo da Gerência Anterior	32.045.941	90.793.285	30.185.964			

Un.Euros

O total da receita cobrada ascende a 29.833.389€, o que evidencia um decréscimo de cerca de (-) 4% em relação a 2010, permanecendo assim a diminuição dos níveis de receita arrecadada já verificada no ano transacto, gerência em que foi notória a redução das Receitas Correntes explicada sobretudo pela diminuição da derrama cobrada e do imposto municipal s/ transmissões de imóveis (IMT).

No cômputo geral da receita cobrada, devido ao seu peso não é despiciente assinalar o decrescimento de (-)1,42% das Receitas Correntes, apesar do aumento de 3,9% na cobrança dos Impostos Directos (552.720€), influenciado principalmente pelo comportamento do IMI (584.044€) e do IMT (433.142€), que acabaram por anular o efeito da redução da Derrama, por conta da qual se arrecadou (-) 509.206€ do que no primeiro semestre de 2010.

Ao nível do desempenho dos Impostos Indirectos e Taxas, apesar dos valores apresentados serem semelhantes aos do primeiro semestre de 2010, é importante relevar a descida de (-) 52% da receita proveniente da rubrica de Loteamento e Obras, por conta da qual se arrecadou menos 1.083.926€ do que em 2010, num cenário em que relativamente a 2009 já apresentava (-) 50%. O incremento da receita gerada sobretudo com Ocupação da Via Pública 1974,7% (775.402€), Publicidade 35,2% (86.036€), e Multas e Outras Penalidades 372,8% (205.331), minimizam em parte este impacto negativo da rubrica de Loteamentos e Obras.

Como é usual, continua a ser a rubrica das Receitas Correntes a que apresenta o maior peso na execução ao atingir o montante de 27.166.991€, cerca de 91% do total arrecadado de receita, cujo maior influência advém dos já designados impostos directos que absorvem cerca de 50% deste valor.

Tal com em anos anteriores as Receitas de Capital em sede de cobrança efectiva permaneceram muito aquém do previsto ao totalizarem 2.665.667 €

EXECUÇÃO DA DESPESA

EXECUÇÃO DA DESPESA													
1.º Semestre de 2011													
	Dotações Corrigidas 2011	Cabimentos		Tx crescimento 2010-2011	Facturação		Tx crescimento 2010-2011	Pagamentos		Tx crescimento 2010-2011	Tx Execução 2011		
		2010	2011		2010	2011		2010	2011		Cabimentos / Dotações	Pagamentos / Cabimentos	Pagamentos / Facturação
Pessoal	21.086.090	10.022.900	10.143.760	1,2%	9.489.909	9.433.122	-0,6%	9.334.387	9.422.950	0,9%	48,1%	92,9%	99,9%
Aquisição de Bens e Serviços	18.329.305	17.241.433	15.964.311	-7,4%	8.482.040	8.999.521	6,1%	7.107.296	7.185.182	1,1%	87,1%	45,0%	79,8%
Juros e Outros Encargos	1.628.550	1.846.536	1.606.924	-13,0%	951.125	843.187	-11,3%	951.125	843.156	-11,4%	98,7%	52,5%	100,0%
Transferências Correntes	3.419.600	3.582.655	2.855.243	-20,3%	2.224.877	1.699.111	-23,6%	1.941.762	1.593.863	-17,9%	83,5%	55,8%	93,8%
Subsídios	2.636.640	3.118.000	2.618.000	-16,0%	1.559.000	309.000	-80,2%	1.559.000	309.000	-80,2%	99,3%	11,8%	100,0%
Outras Despesas Correntes	1.339.800	768.494	1.141.518	48,5%	755.451	1.122.609	48,6%	691.250	1.095.907	58,5%	85,2%	96,0%	97,6%
Sub-Total	48.439.985	36.580.018	34.329.755	-6,2%	23.462.401	22.406.550	-4,5%	21.584.819	20.450.059	-5,3%	70,9%	59,6%	91,3%
Aquisição de Bens de Capital	28.033.875	26.132.880	14.501.644	-44,5%	12.013.183	6.284.389	-47,7%	5.018.000	3.636.126	-27,5%	51,7%	25,1%	57,9%
Transferências de Capital	5.686.950	4.168.858	3.335.013	-20,0%	2.577.194	1.857.782	-27,9%	912.574	1.060.028	16,2%	58,6%	31,8%	57,1%
Activos Financeiros	984.325	60.530	100.854	66,6%	17.850	19.569	9,6%	17.850	4.444	-75,1%	10,2%	4,4%	22,7%
Passivos financeiros	7.648.050	7.455.550	7.464.613	0,1%	3.726.522	3.731.123	0,1%	3.726.522	3.731.123	0,1%	97,6%	50,0%	100,0%
Outras Despesas de Capital	100	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sub-total	42.353.300	37.817.818	25.402.124	-32,8%	18.334.749	11.892.864	-35,1%	9.674.947	8.431.721	-12,8%	60,0%	33,2%	70,9%
TOTAL	90.793.285	74.397.836	59.731.879	-19,7%	41.797.150	34.299.414	-17,9%	31.259.766	28.881.779	-7,6%	65,8%	48,4%	84,2%

Un: Euros

Como é dado a observar, em relação a período homólogo no final deste semestre verifica-se a descida de 20% do valor total dos cabimentos e de (-) 18% da facturação realizada, o que evidencia o esforço assumido com a contenção da despesa, em resultado sobretudo das componentes de capital.

Isolada a facturação realizada em 2011 é de igual modo visível uma quebra na maioria das rubricas de despesas, o que no cômputo geral representa (-) 6.611.682€ de nova facturação, cerca de (-) 20% que os valores registados em 2010, fruto sobretudo do comportamento das componentes de capital e da rubrica dos subsídios, como bem espelha o quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DA DESPESA FACTURADA						
1.º Semestre de 2011						
	2010		2011		Variação da Nova Facturação 2010/2011	
	Transitada de 2009	Nova Facturação Junho	Transitada de 2010	Nova Facturação Junho	Variação	Taxa Crescimento
Pessoal	59.905	9.430.004	42.100	9.391.021	-38.983	-0,41%
Aquisição de Bens e Serviços	1.606.507	6.875.533	2.276.704	6.722.817	-152.716	-2,22%
Aquisição de Bens	370.411	1.144.512	475.743	1.233.594	89.083	7,78%
Aquisição Serviços	1.236.096	5.731.021	1.800.961	5.489.222	-241.799	-4,22%
Juros e Outros Encargos	0	951.125	0	843.187	-107.938	-11,35%
Transferências Correntes	100.265	2.124.612	231.761	1.467.351	-657.261	-30,94%
Subsídios	0	1.559.000	0	309.000	-1.250.000	-80,18%
Outras Despesas Correntes	64.515	690.936	21.376	1.101.233	410.297	59,38%
Sub-Total	1.831.192	21.631.210	2.571.941	19.834.609	-1.796.601	-8,31%
Aquisição de Bens de Capital	5.909.839	6.103.344	4.904.789	1.379.601	-4.723.743	-77,40%
Transferências de Capital	1.617.423	959.771	995.669	862.113	-97.657	-10,18%
Activos Financeiros	0	17.850	0	19.569	1.719	9,63%
Passivos financeiros	0	3.726.522	0	3.731.123	4.601	0,12%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0,0%
Sub-total	7.527.262	10.807.487	5.900.458	5.992.406	-4.815.081	-44,55%
TOTAL	9.358.454	32.438.697	8.472.399	25.827.015	-6.611.682	-20,38%

Un: Euros

O montante da diminuição dos subsídios de (-) 1.250.000€ é integralmente explicado pela ausência de facturação do subsídio à exploração da Empresa Municipal Maiambiente para 2011, devido ao atraso na concessão de Visto do Tribunal de Contas ao contrato de gestão aprovado para o período 2011-2013. Uma vez visado este contrato estão reunidas as condições para aquela empresa facturar 1.000.000€, facto que anulará parte daquela redução. Mesmo neste pressuposto, considerando que o montante anual deste subsídio atribuído desceu, o decréscimo da facturação realizada em 2011 em matéria de subsídios e despesas correntes posicionar-se-ia nos (-) 16% e (-) 4%, respectivamente.

Em matéria de aquisição de bens e serviços, uma apreciação detalhada da nova facturação evidencia um comportamento distinto das suas duas componentes:

- Por um lado, um decréscimo de (-) 4,2% na aquisição de serviços, em muito amortecido pelo aumento da taxa do IVA, que passou de 20% para 23%, bem como pelo aumento de algumas componentes, designadamente a Iluminação Pública, destacando-se a redução das seguintes rubricas: Vigilância e Segurança, Trabalhos Especializados, Outros Serviços, Limpeza e Higiene e Conservação Bens;
- Por outro lado, um acréscimo de 7,7% na aquisição de bens, em boa medida também justificado pelo aumento do IVA, e especialmente pelo acréscimo da despesa em combustíveis e refeições escolares.

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Fluxos de Caixa

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
1º Semestre de 2011				
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		5.034.962	Despesas Orçamentais	28.881.779
Execução Orçamental	352.574		Correntes	20.450.059
Operações de Tesouraria	353.328		Capital	8.431.721
Cauções em dinheiro	4.329.059			
Receitas Orçamentais		29.833.389	Dotações não Orçamentais	1.911.582
Correntes	27.166.991		Operações de Tesouraria	1.704.009
Capital	2.665.667		Cauções em dinheiro	207.573
Outras	731			
Dotações não orçamentais		1.989.368	Saldo para o início do 2º Semestre	6.064.357
Operações de Tesouraria	1.886.229		Execução Orçamental	1.304.184
Cauções em dinheiro	103.139		Operações de Tesouraria	535.548
			Cauções em dinheiro	4.224.625
Total		36.857.719	Total	36.857.719

Unidade Euros

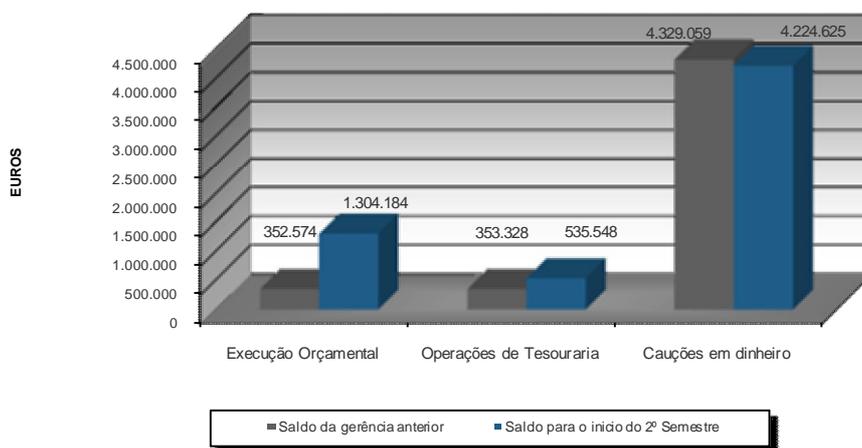
O quadro antecedente reproduz de forma sintetizada os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos durante este período espelhando assim toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e pagamentos, tanto ao nível de operações orçamentais como não orçamentais, as designadas operações de tesouraria e cauções em dinheiro que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Da avaliação dos dados conclui-se que entraram fundos no valor 31.822.757 € dos quais 29.833.389 € são provenientes de receitas orçamentais e 1.989.368€ de receitas não orçamentais, 1.886.229 € por via de operações de tesouraria e 103.139 € de cauções em dinheiro.

No cômputo geral dos pagamentos concretizados regista-se que do total de disponibilidades saídas no montante de 30.793.361 € a quota-parte de natureza orçamental ascendeu a 28.881.779€ e o valor residual de 1.911.582 € a operações não orçamentais na sua maioria por conta de operações de tesouraria.

Em resultado deste balanceamento entre pagamentos e recebimentos transita para o segundo semestre um saldo de 6.064.357€, cujo valor de maior monta corresponde às operações não orçamentais mais especificamente às cauções em dinheiro que assumem 4.224.625 €

COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO PARA O INÍCIO DO 2º SEMESTRE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2011



Contas de ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, sendo de assinalar que em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas só estão aqui reflectidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento. Desta feita foram excluídas as cauções em dinheiro constando as mesmas do mapa de fluxos de caixa.

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM				
1º Semestre de 2011				
Saldo da gerência anterior		37.016.487	Garantias accionadas	0
Garantias:				
A favor da autarquia	30.010.342		Garantias devolvidas	2.092.958
A favor de terceiros	5.437.928		A favor da autarquia	2.092.958
Recibos para cobrança	1.568.217		A favor de terceiros	
			Receita virtual cobrada	0
Garantias prestadas no 1º Semestre 2011		390.193	Receita virtual anulada	0
A favor da autarquia	390.193			
A favor de terceiros				
Receita virtual liquidada no 1º Semestre 2011		0	Saldo para o Início do 2º Semestre 2011	35.313.722
			Garantias:	
			A favor da autarquia	28.307.578
			A favor de terceiros	5.437.928
			Recibos para cobrança	1.568.217
Total		37.406.680	Total	37.406.680

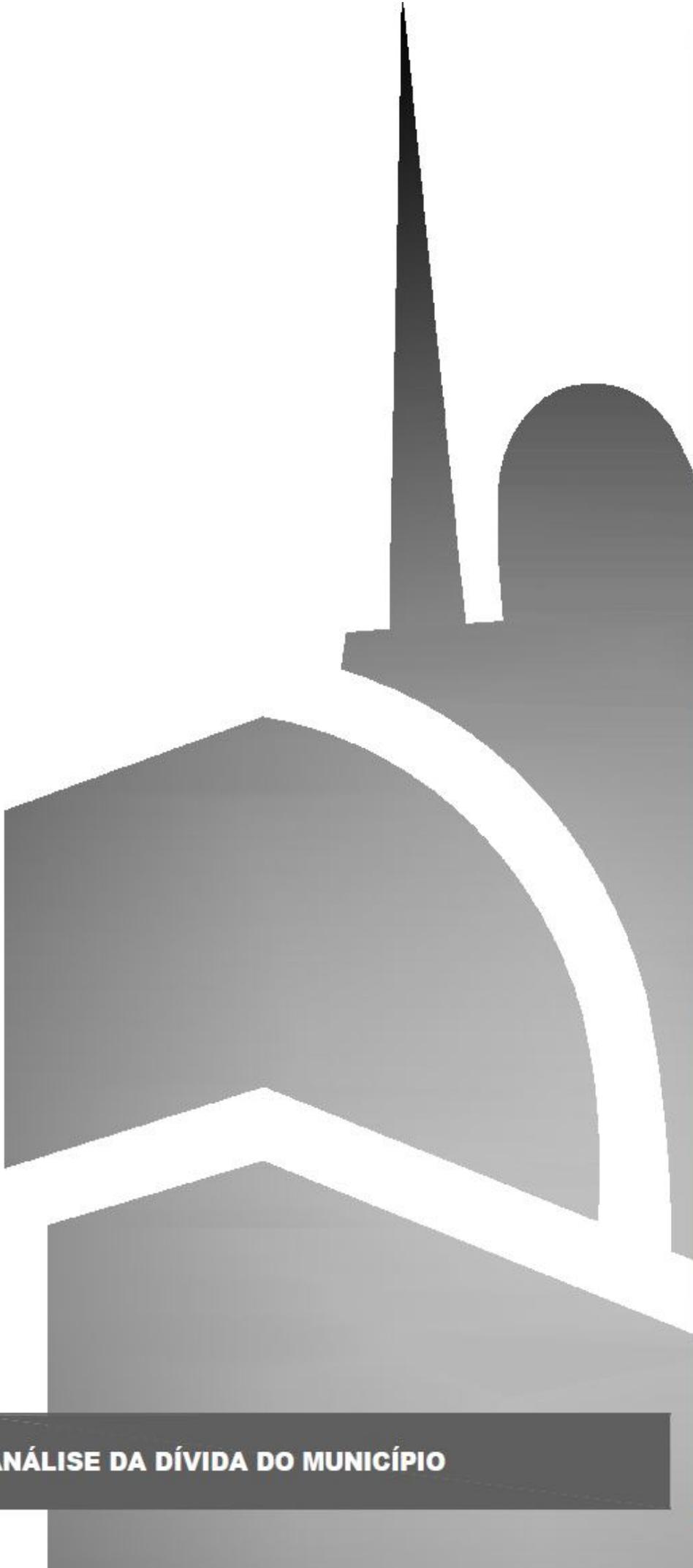
Unidade: Euros

Como é dado a observar, durante este período não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caução a favor de terceiros pelo que o valor das garantias prestadas ascende a 5.437.928€ e decorre dos seguintes compromissos assumidos em anteriores gerências:

- a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787€ registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros;
- uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641€ a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000€ e uma de 50.000€;
- uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500€

Por outro lado, é visível que no âmbito das garantias a favor da autarquia se registaram movimentos que confluem nos dois sentidos, ao constatar-se quer a prestação de novas garantias no valor 390.193€ como a consequente devolução de 2.092.958€, uma vez reunidas as condições legais para a sua concretização, posicionando-se assim o saldo final a favor da autarquia em 28.307.578€.

A grande maioria destas garantias devolvidas é proveniente da realização de empreitadas e obras públicas funcionando como garante da boa execução da obra.



2
0
1
1

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ENQUADRAMENTO

O presente capítulo dedicado à matéria do endividamento autárquico encontra-se estruturado em duas partes, que apesar de distintas se complementam, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Direccionado para uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, excluindo as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos.

Anota-se que num primeiro momento é realizada uma abordagem generalizada à evolução desta dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Orientado para o apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último avalia-se a posição do município face a esses limites.

No âmbito desta análise ao endividamento, e independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

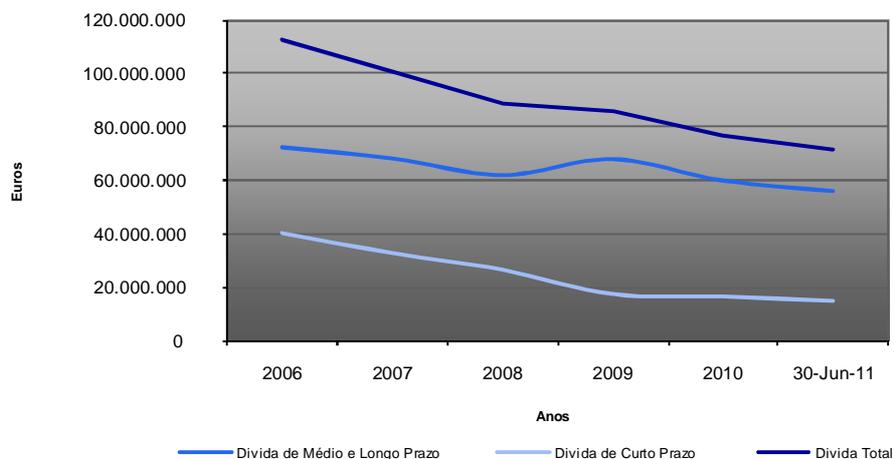
DÍVIDA TOTAL

No âmbito da presente análise da dívida, regista-se que a mesma atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço.

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						Variação	
	2006	2007	2008	2009	2010	30-Jun-11	2010/2011	2006/2011
Dívida de Médio e Longo Prazo	72.132.526	68.209.355	62.187.638	67.909.742	60.241.496	56.404.640	-3.836.856	-15.727.886
Dívida de Curto Prazo	40.198.367	32.829.558	26.638.184	17.619.616	16.685.700	15.132.254	-1.553.446	-25.066.113
Dívida Total	112.330.893	101.038.913	88.825.821	85.529.358	76.927.197	71.536.894	-5.390.302	-40.793.999
Taxa de crescimento da dívida								
Médio e longo prazo	-9,5%	-10,1%	-12,1%	-3,7%	-10,1%	-7,0%		-36,3%
Curto prazo	-8,1%	-5,4%	-8,8%	9,2%	-11,3%	-6,4%		-21,8%
	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-9,3%		-62,4%

* Os dados referentes aos exercícios de 2006 e 2007 estão excluídos dos adiantamentos por conta de vendas em hasta pública, por se entender não configurarem verdadeiras obrigações do município perante terceiros, mas meras situações transitórias, cuja resolução só depende da formalização das escrituras de venda respectivas.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL



A apreciação dos dados expostos permite concluir que no primeiro semestre de 2011 a dívida total do município continua a diminuir mantendo-se, assim, a tendência de descida verificada ao longo dos últimos anos.

Efectivamente, a dívida global do município ao posicionar-se nos 71.536.894€ regista menos (-) 5.390.302€ que em 2010 evidenciando um decréscimo de (-) 7%, justificado pela redução do valor das suas duas rubricas com o maior contributo da dívida de médio e longo, face à materialidade dos valores de redução que apresenta ((-)3.836.856€).

Se a redução demonstrada pela dívida de natureza de médio e longo prazo provém da amortização dos empréstimos bancários com tal grau de exigibilidade, uma vez que não foram contraídos novos empréstimos de igual natureza, já a dívida de curto prazo, denuncia o empenho do município em matéria de controlo do endividamento municipal. Apesar dos níveis de receita arrecadada não terem a

expressividade de anteriores gerências mantêm-se neste primeiro semestre de 2011, a orientação dos exercícios transactos ao assumir a dívida de curto prazo 15.132.254€, (-) 9,3% que em 2010.

Do relatado, resulta evidente que a diminuição do passivo e o controlo do endividamento municipal tem sido um dos objectivos prosseguidos pelo município, cuja concretização se tem vindo a pautar pelo sucesso durante o último quinquénio, o que uma vez mais sucedeu nestes primeiros seis meses.

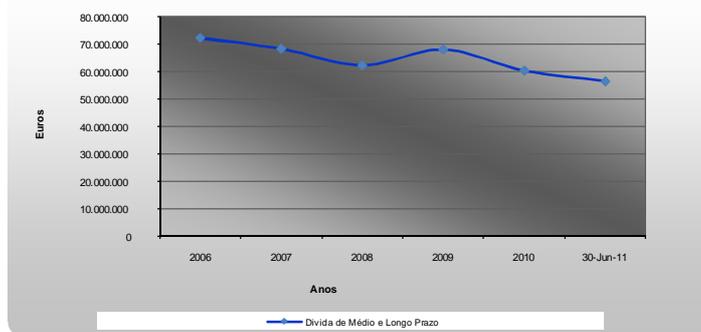
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Considerando que durante este semestre não foram contraídos novos empréstimos de médio e longo prazo, a análise desta matéria é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em exercícios anteriores, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo.

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2006	2007	2008	2009	2010	30-Jun-11
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	72.132.526	66.253.301	60.443.050	66.376.618	58.919.838	55.188.715
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	47.625.730	42.823.585	38.021.442	45.012.098	38.704.490	35.550.686
Empréstimo obrigacionista como BCP no montante de 14.963.936,91	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P como BTA no montante de 29.927.873,82	27.625.730	24.840.203	22.054.677	19.269.150	16.483.623	15.090.860
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	20.000.000	17.983.382	15.966.765	13.950.147	11.933.530	10.925.221
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533				11.792.801	10.287.337	9.534.605
Banco Santander Totta				6.774.588	5.269.124	4.586.392
Estado				5.018.213	5.018.213	5.018.213
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	24.506.796	23.429.716	22.421.608	21.364.520	20.215.348	19.638.029
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - Intempéries - como BTA no montante de 448.918,11	153.513	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com C.G.D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €	3.426.512					
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06	2.320.774	7.014.231				
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	1.421.928		6.740.937	6.462.700	6.779.270	6.035.526
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - como C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	4.948.205	4.710.425	4.483.371	4.241.906	3.974.635	3.840.925
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65	12.235.864	11.705.060	11.197.300	10.659.914	10.061.443	9.761.579
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.215.925
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.215.925
Total da dívida de médio e longo prazo	72.132.526	68.209.355	62.187.639	67.909.741	60.241.496	56.404.640
Taxa de crescimento	-8,08%	-5,44%	-8,83%	9,20%	-11,29%	-6,37%

Unid: Euros

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MÉDIO E LONGO PRAZO



No final do semestre a dívida de médio e longo prazo ascende a 56.404.640€, menos (-) 3.836.856€ que em 2010 o que representa um decréscimo de (-) 6,4%, mantendo-se desta forma a tendência de descida dos últimos anos.

Assiste-se, assim, a uma redução gradual do endividamento de longo prazo, face ao cumprimento dos planos de amortização oportunamente definidos para os empréstimos já existentes, associada ao facto de não ter sido concretizado mais nenhum empréstimo bancário de médio e longo prazo, retomando-se a tendência de descida registada desde 2006 e entretanto interrompida no exercício de 2009 na sequência do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).

No cômputo global da diminuição obtida, como tem sido recorrente, sobressai o contributo das amortizações efectuadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82€, que originou uma redução de 1.392.763€ no valor da dívida, logo seguido do empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou um corte adicional de 1.008.309 €

Assinala-se também a amortização de (-) 752.732€ do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) decorrente na íntegra da parte imputável à instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado ainda se encontra em período de diferimento.

Em matéria de empréstimos que não relevam para efeitos de cálculo de capacidade de endividamento, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 433.575€ sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-) 143.744€.

A componente de outras dívidas de médio e longo prazo que resultou da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foi responsável pela redução de (-) 105.733€ no endividamento de médio e longo prazo.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Por forma avaliar numa óptica orçamental o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, como sejam os juros e as respectivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, insere-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no primeiro semestre de 2011, face a período homólogo do ano anterior, uma vez que esta avaliação não deve ser descontextualizada da periodicidade semestral com que ocorrem estas obrigações.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	1º Semestre 2010	1º Semestre 2011	Variação	
			Valor	Taxa
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)	3.908.998	3.795.632	-113.367	-15,0%
Amortizações	3.153.804	3.153.804	0	0,0%
Juros	755.195	641.828	-113.367	-15,0%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)	737.021	734.113	-2.907	-3,8%
Amortizações	572.718	577.319	4.601	0,8%
Juros	164.303	156.794	-7.508	-4,6%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	112.080	112.533	453	7,2%
Amortizações	105.733	105.733	0	0,0%
Juros	6.347	6.800	454	7,2%
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	4.758.098	4.642.278	-115.820	-11,6%
Amortizações	3.832.255	3.836.856	4.601	0,1%
Juros	925.844	805.423	-120.421	-13,0%
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo		-2,4%		
Amortizações		0,1%		
Juros		-13,0%		
Juros / Receita Total Cobrada	3,0%	2,6%		
Juros / Despesa Total Paga	3,0%	2,8%		
Juros / Despesa de Capital Paga	9,6%	9,6%		
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	15,4%	14,9%		
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	15,2%	16,1%		

Un: Euros

A leitura dos dados anunciados permite concluir que os encargos inerentes ao Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo reduziram (-) 2,4% em relação ao primeiro semestre de 2010, principalmente devido à redução do peso dos juros da dívida pública municipal, uma vez que o montante amortizado por conta dos empréstimos que não relevam para efeitos de endividamento aumentou ligeiramente (0,8%).

Este comportamento é resultado sobretudo da reiterada redução do capital em dívida dos empréstimos que relevam para efeitos de cálculo da capacidade de endividamento, associada ao facto de não ter sido contratado mais nenhum empréstimo.

No peso do Serviço de Dívida destaca-se o volume das amortizações que representam cerca 83% do seu valor global, sendo de assinalar que aquele serviço absorve cerca de 15% e 16% do total da receita e despesa executada, respectivamente, percentagens que não são, de todo, desprezíveis no contexto de gestão de disponibilidades.

Para uma análise mais detalhada apresenta-se um quadro com a descrição da despesa realizada por tipologia de empréstimo com este Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo, durante o primeiro semestre, assim como a respectiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2011.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado 1.º Sem 2011			Previsto para 2.º Sem 2011		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.LP com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	1.392.763	328.252	1.721.015	1.392.763	298.486	1.691.249
Empréstimo Bancário de M.LP com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	1.008.309	239.814	1.248.123	1.008.309	220.758	1.229.067
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € PREDE	752.732	73.762	826.494	752.732	60.564	813.296
Sub Total	3.153.804	641.828	3.795.632	3.153.804	579.808	3.733.612
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.LP como BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	143.744	123.397	267.141	145.142	121.188	266.331
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 €	133.710	9.507	143.217	133.223	10.904	144.128
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 2.107.411,44 €	299.865	23.891	323.756	299.082	26.355	325.436
Sub Total	577.319	156.794	734.113	577.447	158.447	735.895
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	105.733	6.800	112.533	105.733	8.499	114.232
Sub Total	105.733	6.800	112.533	105.733	8.499	114.232
TOTAL	3.836.856	805.423	4.642.278	3.836.984	746.754	4.583.738

Un: Euros

Continua a ser notório o peso do serviço de dívida dos empréstimos que relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento, tornando-se actualmente o seu peso mais dominante face à recente contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).

O maior volume de encargos no valor de 1.721.015€ é originado pelo empréstimo bancário contratado com o Banco Santander Totta, logo seguido pelo empréstimo bancário adjudicado ao Banco Português de Investimento cujo montante ascende a 1.248.123€

Em matéria de empréstimos que não relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento reitera-se que o maior volume do serviço da dívida está indexado ao empréstimo realizado com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER2.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

Com o objectivo de obter uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, inere-se um quadro síntese dos empréstimos existentes à data de 30 de Junho de 2011 e respectivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo da capacidade de endividamento e do seu grau de exigibilidade.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	31-Dez-10		30-Jun-2011	
	Valor	Peso	Valor	Peso
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	52.566.010	87,26%	48.724.844	86,38%
Empréstimos Bancários de MLP	51.455.817	85,42%	47.720.384	84,60%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	32.396.882	53,78%	29.243.078	51,85%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	13.698.097	22,74%	12.305.333	21,82%
Empréstimo Bancário de M.L.P como BPI no montante de 20.000.000	9.916.912	16,46%	8.908.603	15,79%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	8.781.873	14,58%	8.029.141	14,23%
Banco Santander Totta	3.763.660	6,25%	3.010.928	5,34%
Estado	5.018.213	8,33%	5.018.213	8,90%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	19.058.935	31,64%	18.477.306	32,75%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.890.383	9,78%	5.743.808	10,18%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	3.706.889	6,15%	3.573.033	6,33%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65	9.461.663	15,71%	9.160.465	16,24%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.110.193	1,84%	1.004.460	1,78%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	110.193	1,84%	1004.460	1,78%
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	7.675.486	12,74%	7.679.796	13,62%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.464.021	12,39%	7.468.331	13,24%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	6.307.608	10,47%	6.307.608	11,18%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.785.527	4,62%	2.785.527	4,94%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	2.016.618	3,35%	2.016.618	3,58%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.505.464	2,50%	1.505.464	2,67%
Banco Santander Totta	1.505.464	2,50%	1.505.464	2,67%
Estado	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	1.156.413	1,92%	1.160.722	2,06%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	288.887	0,48%	291.717	0,52%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	267.746	0,44%	267.891	0,47%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65	599.780	1,00%	601.114	1,07%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	211.465	0,35%	211.465	0,37%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,35%	211.465	0,37%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	60.241.496	100,00%	56.404.640	100,00%

Un: Euros

Em conformidade com os valores apresentados e com o disposto na Lei das Finanças Locais, constata-se que do total dos empréstimos médio e longo prazo contraídos, 34% estão excluídos para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, sendo de mencionar que na sua grande maioria, tais empréstimos respeitam à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, no âmbito da construção da habitação social.

Por último apresenta-se um quadro com a previsão da composição desta tipologia de dívida no fim da gestão de 2011.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA DE 2011		
	31-12-2011	
	Valor	Peso
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	51.457.464	98%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	32.396.882	62%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	13.698.097	26%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	9.916.912	19%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	8.781.873	17%
Banco Santander Totta	3.763.660	7%
Estado	5.018.213	10%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	19.060.581	36%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.890.383	11%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	3.707.701	7%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	9.462.497	18%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.110.193	2%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.110.193	2%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	52.567.656	100%

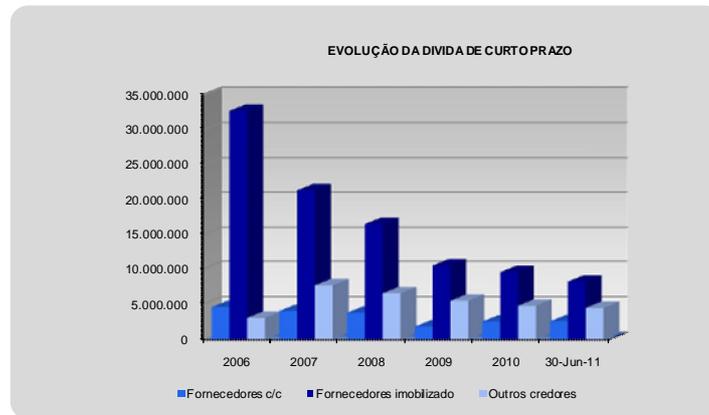
Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferência para as autarquias locais e por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos cinco anos se retrata no quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO									
	2006	2007	2008	2009	2010	30-Jun-11			
						Valor	Peso	Variação	
Fornecedores c/c	4.545.822	3.992.302	3.735.283	1.787.016	2.500.544	2.556.715	16,9%	2,2%	56.171
Fornecedores imobilizado	32.638.378	21.217.971	16.421.032	10.394.811	9.469.913	8.142.585	53,8%	-14,0%	-1.327.329
Outros credores	3.014.168	7.619.284	6.481.868	5.437.788	4.715.244	4.432.955	29,3%	-6,0%	-282.289
Estado	10.570	13.913	14.195	0	12.684	69.170	0,5%	445,3%	56.486
Credores de transferências das autarquias	2.448.805	6.178.668	5.848.082	4.937.938	4.406.201	4.121.775	27,2%	-6,5%	-284.426
Credores por Investimentos Financeiros	162.350	10.100	0	0	15.125	30.250	0,2%	100,0%	15.125
Credores Diversos	392.443	1.325.703	619.591	499.850	281.233	211.760	1,4%	-24,7%	-69.474
Total da Dívida de Curto Prazo	40.198.367	32.829.558	26.638.184	17.619.616	16.685.700	15.132.254	100,0%	-9,3%	-1.553.446
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-9,3%			
Fornecedores c/c	-17,8%	-12,2%	-6,4%	-52,2%	39,9%	2,2%			
Fornecedores imobilizado	-12,9%	-35,0%	-22,6%	-36,7%	-8,9%	-14,0%			
Outros credores	12,8%	152,8%	-14,9%	-16,1%	-13,3%	-6,0%			

Un: Euros



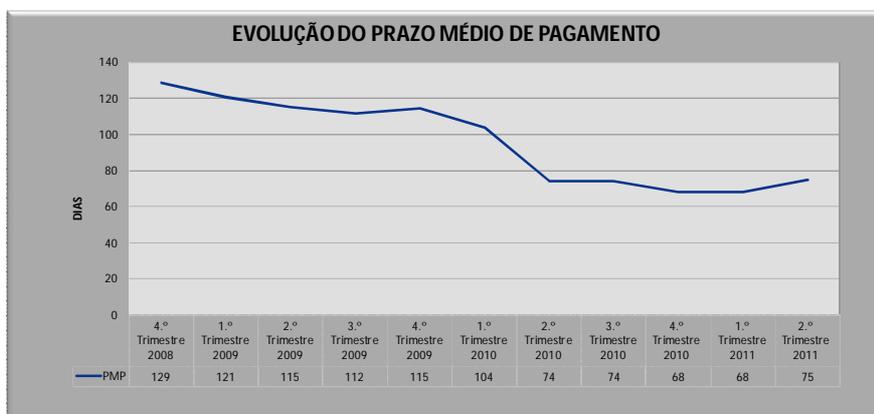
A apreciação dos dados permite concluir que ao longo deste quinquénio se registou um decréscimo acentuado das dívidas de curto prazo, (-) 62%, (-) 25.066.113€, em resultado do comportamento da generalidade das suas rubricas com especial incidência dos fornecedores de imobilizado face à materialidade dos seus valores.

Também neste semestre o endividamento de curto prazo ao posicionar-se em 15.132.254€, comprova que esta tendência de diminuição persiste, acusando em relação a 2010 um decréscimo de (-) 9,3%, (-) 1.553.446€, em consequência do contributo de duas das suas componentes:

- A redução de (-) 14% das dívidas de Fornecedores de Imobilizado que ao atingirem 8.142.585€, diminuíram (-) 1.327.329€, assumindo-se assim como a redução mais preponderante;
- A redução de (-) 6% das dívidas de Outros Credores, que ao atingirem 4.432.955€, diminuíram (-) 282.289€. No cômputo geral, o maior valor desta rubrica respeita a uma dívida de 3.171.289€ de participações para investimento à LIPOR que está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

O ligeiro agravamento de 2,2% da dívida de Fornecedores c/c resulta do facto de ter sido necessário canalizar parte das disponibilidades de tesouraria para o pagamento de facturação de imobilizado associada a projectos co-financiados ao abrigo do QREN e de haver uma excessiva demora por parte do Estado na libertação dos pedidos de pagamento, o que posicionou o município numa situação de impossibilidade de solver uma parte substantiva de outros encargos não financiados onde se inclui a maioria da facturação de carácter corrente, prejudicando deste modo a evolução desta rubrica.

Em matéria de prazo médio de pagamento a fornecedores regista-se no final do semestre um ligeiro acréscimo em grande parte justificado pela cadência de pagamentos face à sazonalidade da receita, bem como pela diminuição dos respectivos valores arrecadados.



ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu

Em conformidade com o enquadramento legal vertido na actual Lei das Finanças Locais existem um conjunto de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, como sejam a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como a imposição de dois limites ao endividamento municipal:

- Um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e das participações do sector empresarial local
- Um limite à contracção de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

Por outro lado, tendo em vista assegurar a coordenação efectiva entre as finanças do Estado e as finanças das Autarquias Locais, prevê o n.º 3 do seu artigo 5.º que a Lei do Orçamento de Estado pode definir limites máximos ao endividamento municipal diferentes.

Considerando o exposto, no âmbito da apreciação formalizada é fundamental contextualizar os efeitos decorrentes das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado (LOE), pois só assim é exequível uma análise comparativa que se pretenda séria e consistente, pelo que mais uma vez se reitera a necessidade de se proceder com prudência a qualquer análise comparativa.

Para este exercício de 2011, mais uma vez a LOE veio definir limites ao endividamento diferentes daqueles que resultariam da aplicação do conceito previsto na Lei das Finanças Locais, determinando valores muito inferiores aos limites que esta impunha, estipulando no seu artigo 53.º que:

1. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, de cada município não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010.
2. No ano de 2011, a contracção de novos empréstimos de médio e longos prazos está limitada ao valor resultante de rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo do disposto nos n.º 1 e 5 a 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 29 de Junho 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril.
3. O valor do montante global das amortizações efectuadas em 2009 é corrigido, até 30 de Junho, pelos valores das amortizações efectuadas em 2010.
4. Podem exceptonar-se do disposto no n.º 1 outros empréstimos e amortizações, a autorizar por despacho do membro do governo responsável pela área das finanças, em situações

excepcionais devidamente fundamentadas, designadamente os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos apoiados pelo mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu - MFEEE no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos

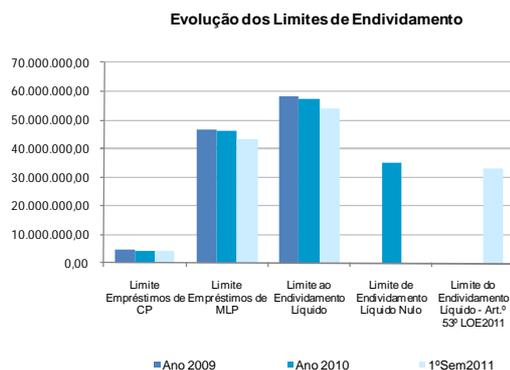
LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Atento o exposto, afigura-se uma avaliação ao endividamento municipal durante o primeiro semestre de 2011, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento fixados na Lei das Finanças Locais bem como do novo limite de endividamento líquido entretanto introduzido pela LOE 2011 (Lei n.º 55-A/2010, em 31 de Junho) para a gerência em análise.

CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
1.º SEMESTRE DE 2011		
Designação	Montante (Euros)	Observações
Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento		
(1) IMI 2010	17.978.038	
(2) IMT 2010	5.889.920	
(3) IUC 2010	2.243.175	Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2010
(4) CA 2010	75.423	
(5) SISA 2010	184.094	
(6) Derrama 2010	6.450.484	
(7) SEL 2010	0	
(8) Fundos Municipais OE 2011	10.503.636	
(9) Total de receitas a considerar	43.324.770,66	(9)=somatório de (1) a (8)
(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo	4.332.477,07	(10)=10%x(9)
(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	43.324.770,66	(11)=100% x (9)
(12) Limite ao Endividamento Líquido	54.155.963,33	(12)=125%x(9)
(13) Novo Limite do Endividamento Líquido - Art.º 53º LOE2011	33.288.587,64	Endividamento líquido apurado a 30 de Setembro de 2010

Un: Euros

Os limites máximos acima identificados nos pontos (10), (11) e (12) foram calculados com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais e conforme norma interpretativa da Direcção Geral das Autarquias Locais, sendo notória a redução significativa do limite de endividamento líquido para a gerência em análise em consequência das alterações introduzidas pela LOE 2011.



ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Perante o enquadramento do endividamento na actual Lei das Finanças Locais e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

O cumprimento da indicada regra do equilíbrio pode ser aferido numa óptica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município, anotando-se que no caso de ser cumprida tal regra o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo.

Entidades participadas		Parcela detida (1)		Resultados do último exercício			
Designação	Sede	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	OBS
Entidades Societárias							
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%	243.616	25.541	30-Jun-11	-
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M.	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%	-204.835	-71429	30-Jun-11	-
Conservatório de Música da Maia CMM SU Lda (2)	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	5.000,00	100%	-96.940	-12'5	30-Jun-11	-
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	1496.393,69	100%	1953.654	282.818	30-Jun-11	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.849.088,67	100%	11743.095	37.664	30-Jun-11	-
Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.M.	Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, 4470-202 Maia	124.699,47	100%	9.117	-4.830	2010	Entidade que se encontra em fase final de liquidação
Águas do Douro e Paiva, S.A. (3)	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 55145 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	24.687.215	2.541379	30-Jun-11	-
Águas do Noroeste, S.A. (3)	Lugar de Gaído, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1'150.000,00	2,19%	40.782.282	-546.282	30-Jun-11	-
Macmai - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Lda	Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheirós Maia	149.639,36	100%	-181807	-8.714	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Av. Prof. Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.582.230	-412.833	30-Jun-11	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,50%	342.956	-9.992	30-Jun-11	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%	3.763.675	-636.513	30-Jun-11	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (3)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	87.786.999	20.912.945	2010	Não apresenta contas semestrais
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	259.009	1191	2010	Não apresenta contas semestrais
Metro do Porto, S.A. (3)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-111185.357	-19.245.308	30-Jun-11	-
Hospital do Lidador S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009	-

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) O Conservatório de Música da Maia é 100 % detido pela Academia das Artes detendo assim o Município de forma indirecta uma participação de 100% do mesmo.

(3) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

De acordo com este conceito, no cômputo geral das entidades participadas pelo município anteriormente identificadas, no final do semestre eram susceptíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento deste município, dezasseis entidades: o Município, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, duas Associações de Municípios, a Lipor e a Área Metropolitana, e doze empresas de natureza empresarial.

Porém, como o endividamento das entidades de natureza empresarial participadas pelo município apenas releva para efeitos dos respectivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso de o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, da apreciação das contas anuais de 2010 das doze entidades participadas pelo município, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2011	
Identificação	% do Capital Detido
Academia das Artes	100%
Conservatório de Música	100%
TUM	100%
Macmai	100%
Tecmaia (51%)	51,00%
Municipia	4,64%
Net	0,502%
Hospital Lidador	10,00%

Un: %

LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Limite dos Empréstimos de Curto Prazo

Nos termos das disposições legais constantes na actual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39.º, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O valor máximo atrás referido para o ano de 2011, cujo cálculo se encontra espelhado no quadro introduzido, fixou-se em 4.332.477,07€, anotando-se que durante o corrente exercício económico o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza e que, em conjunto com as restantes entidades relevantes, no final deste semestre cumpria o limite legal de endividamento de empréstimos de curto prazo.

Quanto ao montante de empréstimos desta natureza que não foi amortizado até ao final do exercício anota-se a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, como se justifica.

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2011	
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 30 de Junho	
Identificação	% Imputável
Academia das Artes	110.532,28
Conservatório de Música	189,47
Macmai	25.000,00
Tecmaia (51%)	198.994,92
Municipia	25.334,40
Net	781,11

Un: Euros

Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo

No âmbito do stock da dívida de empréstimos de médio e longo, a Lei das Finanças Locais de igual modo prevê a possibilidade dos municípios recorrerem a esta tipologia de crédito bancário para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, até um determinado limite.

Atendendo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite, que se encontra espelhado em quadro próprio e que é um denominador comum de qualquer um dos limites, fruto da imposição dos 125% daquele valor, estipula-se como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2011 a quantia de 43.324.770,66€

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que é de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

Em matéria de regime excepcionado, e de acordo com a metodologia adoptada pela Direcção Geral das Autarquias Locais, no caso do município foi excluído o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento no valor dos 19.638.029€ e no caso da LIPOR todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projectos co-financiados excepcionados na parte proporcional à participação da autarquia no valor de 10.177.242€.

Posto isto, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, insere-se um quadro ilustrativo da contribuição individual de cada uma entidades que apresentam desequilíbrio de contas para o nível do endividamento bancário de MLP.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
1º Semestre Ano de 2011	
	Capital em Dívida a 30/06/2011
Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)	43.981.435
CÂMARA MUNICIPAL	
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	15.090.860
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	10.925.221
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	9.534.605
Banco Santander Totta	4.516.392
Estado	5.018.213
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	0
ACADEMIA DAS ARTES	0
TUM	0
MACMAI	52.255
TECMAIA	8.378.494
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
MUNICIPIA	0
NET	0
HOSPITAL LIDADOR	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS	
LIPOR	0
GAMP	0
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 30 de Junho de 2011 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)	360.832
CÂMARA MUNICIPAL	
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	189
ACADEMIA DAS ARTES	110.532
TUM	0
MACMAI	25.000
TECMAIA	198.995
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais	
MUNICIPIA	25.334
NET	781
HOSPITAL LIDADOR	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS	
LIPOR	0
GAMP	0
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE À DATA DE 31/12/2010	44.342.267
(3) = (1) + (2)	
LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 01/01/2011 (4)	43.324.771
CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4) - (3)	- 1.017.496
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP	102,35%
CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP EXCLUINDO PREDE	34.807.662
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP excluindo PREDE	80,34%

Un: Euros

Da análise dos dados aqui presentes conclui-se que no final do semestre o município continua a não cumprir o limite dos empréstimos de médio e longo prazo, apresentando uma taxa de utilização de cerca de 102%, todavia importa não descontextualizar este comportamento das razões aludidas em consequência da contratação do PREDE e explanadas em sede de prestação de contas de 2009.

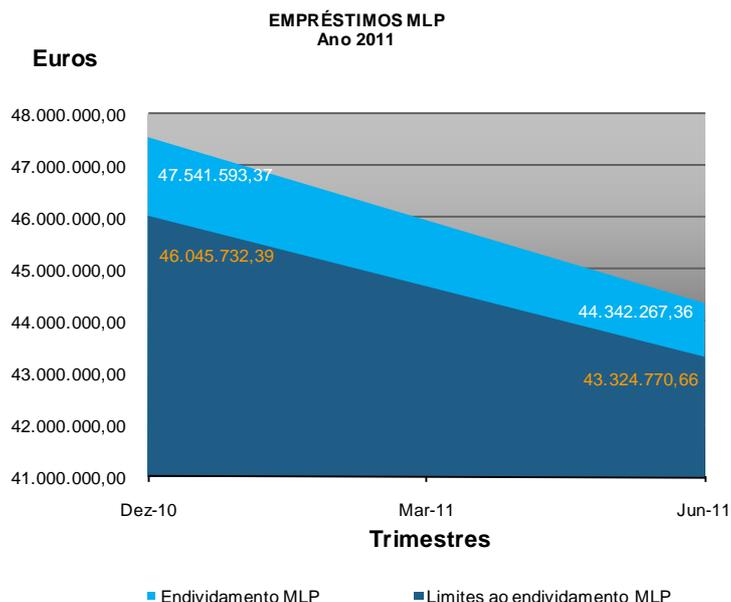
Efectivamente, não tendo o Município da Maia formalizado qualquer outro contrato de que tivesse resultado a assunção de encargos de médio e longo prazo, afere-se que a ultrapassagem destes limites de endividamento no período em análise se deve aos financiamentos contraídos em gerências

anteriores, sendo de anotar que não fosse o empréstimo contratado no âmbito do PREDE, atendendo que o serviço de dívida dos demais empréstimos se encontrava e encontra em fase avançada de amortização, o município se posicionaria abaixo dos limites definidos na lei.

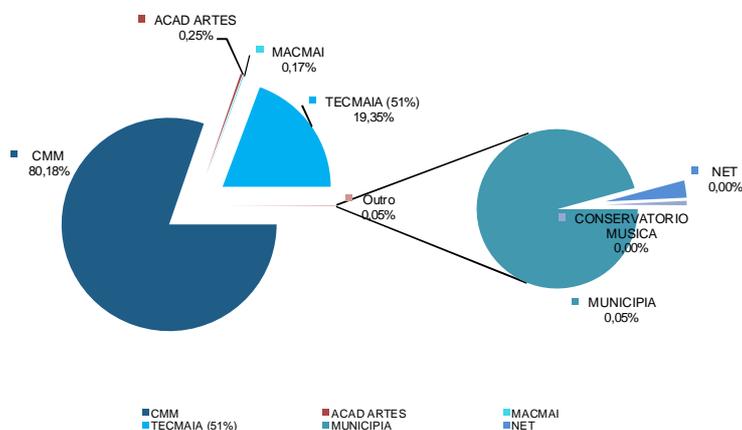
Assim, reitera-se que se for excluído o stock em dívida dos empréstimos contraídos no âmbito deste PREDE (9.534.605€) o município continuaria a posicionar-se abaixo do limite legal do endividamento dos empréstimos bancários de médio e longo prazo ao apresentar uma taxa de utilização a rondar os 80%.

Do conjunto das sociedades de natureza empresarial que tem impacto no endividamento municipal continua a destacar-se, fruto da sua materialidade, a contribuição negativa oriunda da empresa TECMAIA ao influenciar o endividamento bancário de médio e longo prazo do município no montante de 8.577.489€, sem a qual se regista que o município também já se posicionaria abaixo dos limites impostos por lei.

No gráfico a seguir introduzido é facilmente visível o comportamento do município em matéria de endividamento bancário de médio e longo prazo à data, assim como do peso de cada uma das entidades participadas neste tipo de endividamento.



PESO DAS ENTIDADES NO ENDIVIDAMENTO DE MLP ANO 2011



LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

A apreciação do endividamento líquido municipal a seguir promovida atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer as operações orçamentais quer não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Com o objectivo de promover o necessário enquadramento do município quanto a este matéria, em resultado da apreciação das contas das entidades de natureza empresarial e aplicando dita a regra do equilíbrio anual, reproduz-se em quadro próprio a contribuição individual de cada uma delas para o nível do endividamento líquido à data de 30 de Junho de 2011.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
1.º Semestre de 2011	
Identificação	Impacto
Entidades de Natureza Empresarial que violam a regra de equilíbrio (1)	10.109.372,87
Academia das Artes	169.674,22
Conservatório de Música	97.401,04
TUM	0,00
Macmai	84.305,00
Tecmaia (5%)	9.636.201,14
Municipia	0,00
Net	0,00
Hospital Lidador	12.179,47
Serviços Municipalizados (2)	-5.310.217,27
Lipor (3)	1.906.435,41
Grande Área Metropolitana (4)	-375.364,53
Câmara Municipal (5)	18.249.097,72
Créditos sobre o SEL que não viola a regra do equilíbrio (6)	2.837.112,64
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO = (1) a (6)	27.416.436,84
LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - APURAMENTO 30/09/2010 (3)	33.288.587,64
POSICIONAMENTO FACE AO LIMITE	-5.872.150,80

Un: Euros

Importa mencionar que a Municipia e a Net apesar de evidenciarem contas desequilibradas apresentam mais activos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido o que determina um endividamento líquido negativo. Porém as entidades de natureza empresarial que reúnam as condições descritas não revelam para efeitos do limite do endividamento líquido (o mesmo não se passa no que respeita aos limites de empréstimos), fruto da interpretação sistemática do quadro legal em vigor, nomeadamente do art.31º e 32.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, e que em sede de Lei do Orçamento de Estado ficou expressamente estabelecido.

No cômputo geral das sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio de contas e que tem impacto no endividamento municipal continua a destacar-se pela sua materialidade a contribuição negativa da empresa TECMAIA, ao determinar um acréscimo do endividamento líquido municipal em 9.636.201,14€

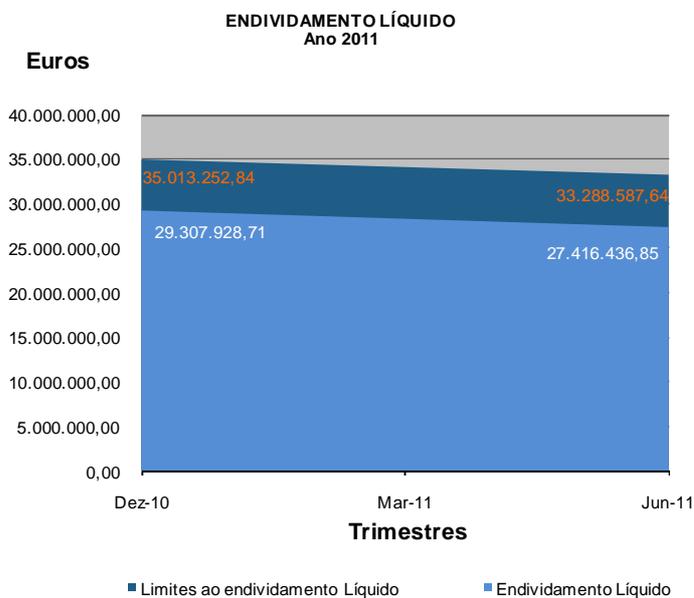
Em matéria de regime excepcionado, quanto ao endividamento líquido municipal foi ainda excluído o valor de 19.806.965€ em dívida à EDP reflectido no balanço dos SMAS

A participar negativamente para este grau de endividamento, e de forma mais gravosa que o ano transacto, também aparece a LIPOR com 1.906.435€

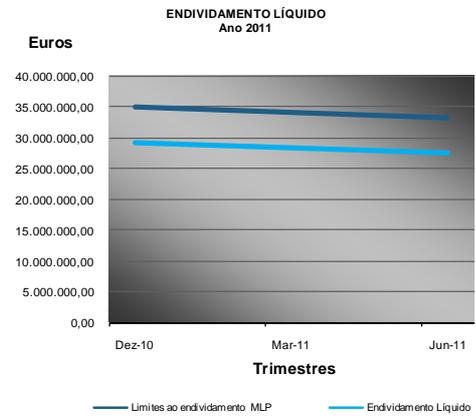
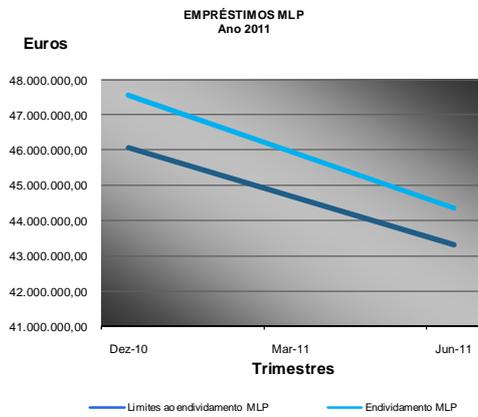
Tendência inversa é apresentada pelos Serviços Municipalizados e a Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), que contribuem de forma positiva para este limite, com 5.310.217€ e 375.365€ respectivamente.

Alude-se igualmente ao contributo adveniente dos créditos do município sobre as entidades participadas onde se destacam a Lipor e a Espaço Municipal, assim como eventuais desacertos resultantes da circularização das contas correntes, valores meramente residuais.

A leitura dos dados apresentados, cuja informação se encontra sistematizada no quadro introduzido na parte final deste capítulo, permite concluir que, em conformidade com a aplicação das regras existentes e apesar do impacto negativo do sector empresarial local e das restrições impostas pela LOE, para um limite de endividamento líquido de 33.288.587,64€, no final deste primeiro semestre de 2011 o município apresenta 27.416.436,84€, posicionando-se, mesmo assim, abaixo do limite legalmente imposto em (-) 5.872.151 €, como bem ilustra o gráfico que se segue.



Por último, insere-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento à data de 30 de Junho de 2011, onde se sistematiza a informação relativa ao endividamento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais, bem como a respectiva ilustração gráfica desse posicionamento.



SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDEVIMENTO MUNICIPAL

1.º SEMESTRE DE 2011

		SECTOR EMPRESARIAL LOCAL															TOTAL	
		CMM	SMAS	EMEM - ESTACIONA	ACADEMIA ARTES	CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	MAI AMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	TRANSPORTES URBANOS	MACMAI, LDA	TECM AIA, SA	MUNICIPIA	NET	PRIM US	HOSPITAL LIDADOR ***	LIPOR	GAMP	TOTAL
Total do endividamento																		
(1)	Endividamento Líquido *	85.660.363	31.243.547	0	19.674	97.401	0	0	0	84.305	10.758.519	0	0	0	12.179,2	17.920.373	-375.365	145.680,4
(2)	Empréstimos de MLP *	55.188.715	0	0	10.532	189	0	0	0	77.255	8.577.489	25.334	781	0	0	10.177.242	0	74.157.538
Excepções ao endividamento **																		
(3)	Subsídios ao Investimento	47.773.036	16.842.507	0	0	0	0	0	0	0	1.120.917	0	0	0	1	16.013.938	0	118.263.973
(4)	Desapertos Creditos s/ SEL/Creditos S/CMM	0	-95.708	0	0	0	-550.198	-2.286.915	0	0	1.402	0	0	0	0	-3.153,413	0	-6.084,832
(5)	Dividas à EDP	0	19.806.965	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.806.965
(6)	Empréstimos de MLP excepcionados	19.638.029	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.177.242	0	29.815.270
Endividamento a considerar																		
(7)	Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	18.249.098	-5.310.217	0	19.674	97.401	550.198	2.286.915	0	84.305	9.636.201	0	0	0	12.179,1	1.906.435	-375.365	27.416,437
(8)	Empréstimos de MLP = (2)-(6)	35.550.687	0	0	10.532	189	0	0	0	77.255	8.577.489	25.334	781	0	0	0	0	44.342,267

Verificação do cumprimento dos limites a 2011-06-30

0

Limites

(9)	Limite do Endividamento Líquido - Art.º 53º LOE2011																	33.288.587,64	33.288.588
(10)	Empréstimos de MLP									100,00%								43.324.770,66	43.324.771

Montante em excesso

Endividamento Líquido = (7)-(9)																		-5.872,151
Taxa de utilização de EL																		82%
Empréstimos de MLP = (8)-(10)																		1.017,497
Taxa de utilização de EMLP																		102%
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																		34.807,662
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE																		80%

Endividamento à data de 31/12/2010

Endividamento Líquido																		29.307,929
Taxa de utilização de EL																		84%
Empréstimos de MLP																		47.541,593
Taxa de utilização de EMLP																		103%
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																		37.254,256
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE																		80%

Variação do Endividamento entre 2010 e 1.º Sem 2011

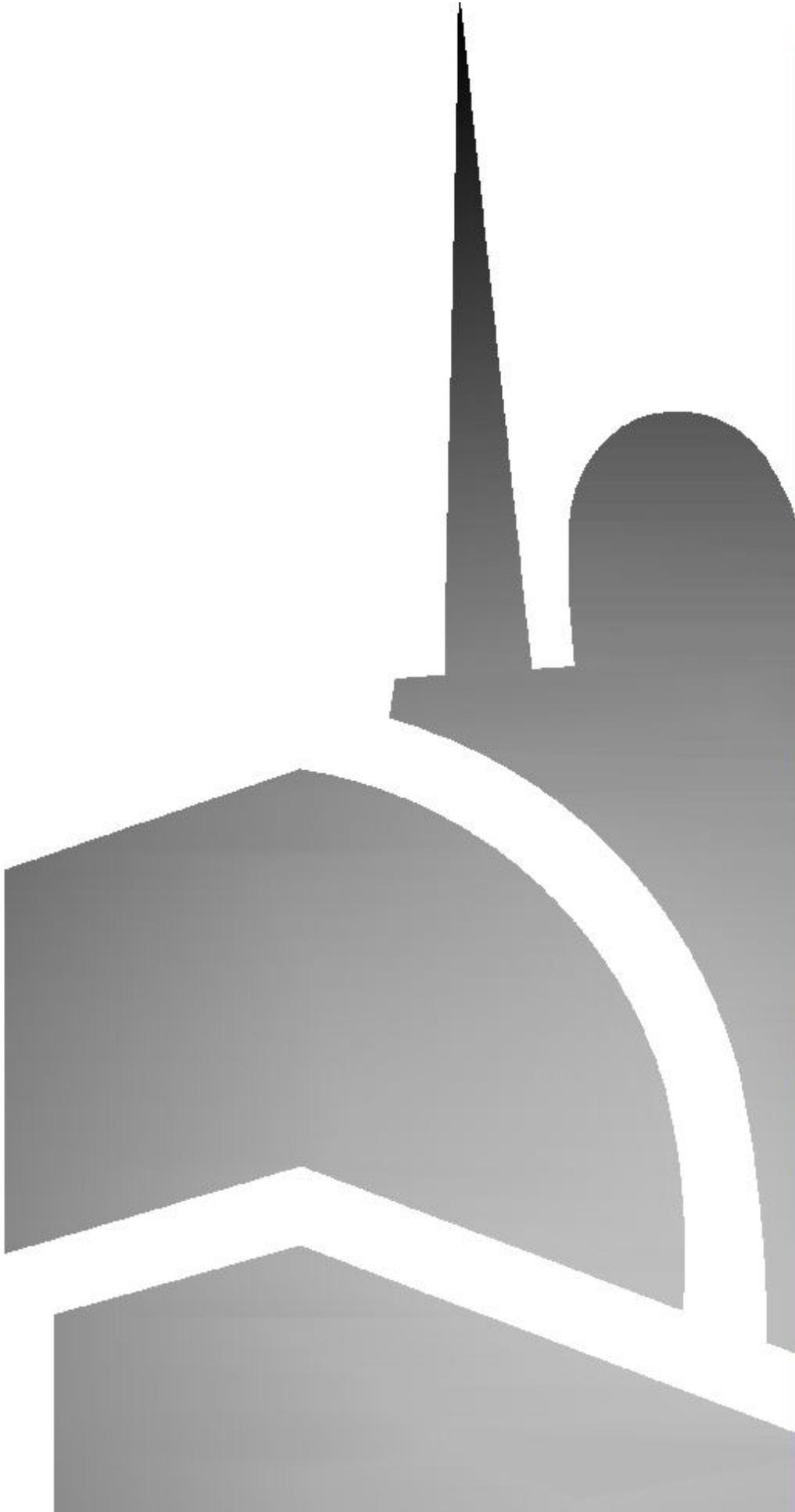
																Taxa	Valor		
Endividamento Líquido																		-6,45%	-1.891,492
Empréstimos de MLP																		-6,73%	-3.199,326

Un: Euros

*A parte dos SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

** Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada.

*** Os dados referentes ao Hospital Lidador são os constantes do reporte provisório apresentado em 31/12/2009.



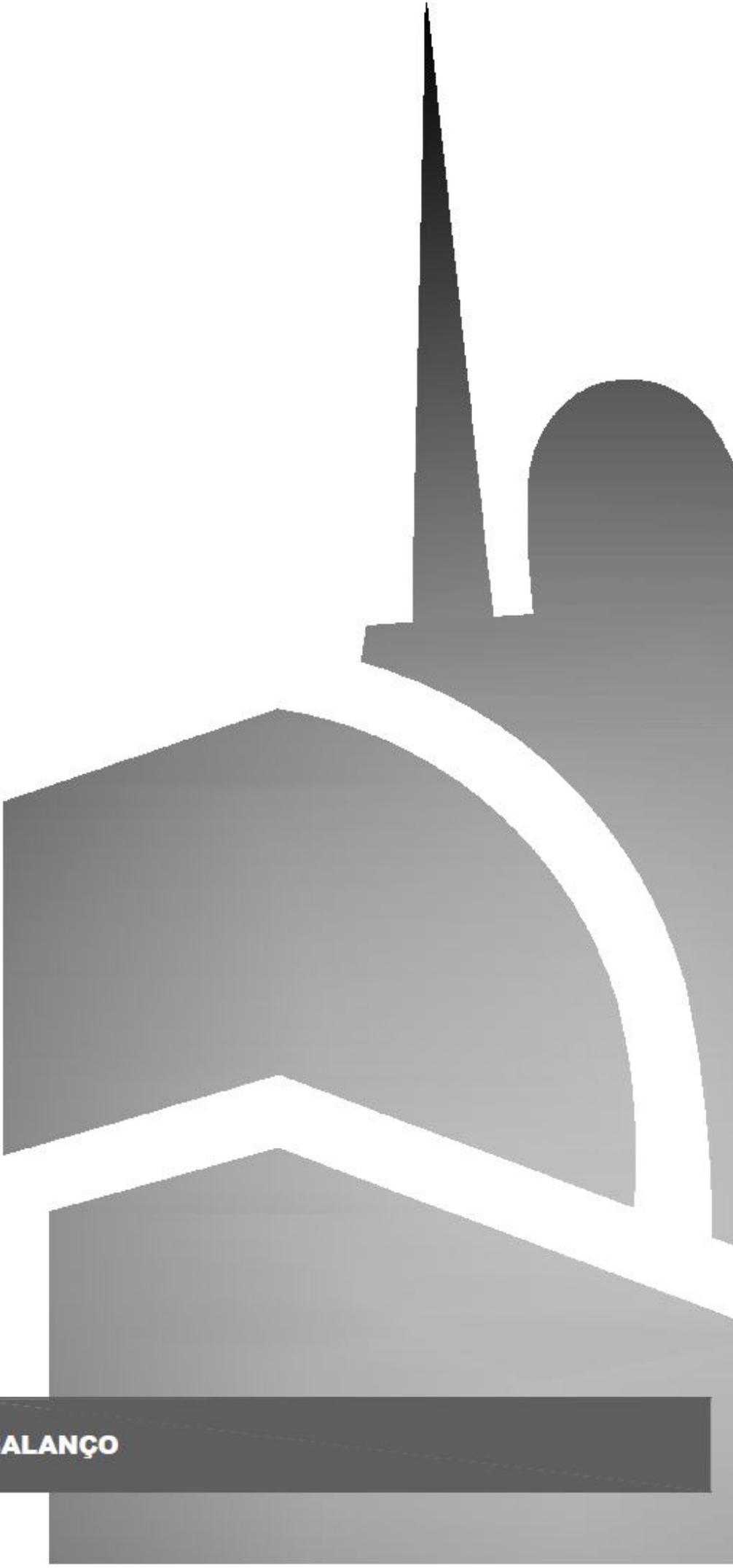
2011

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

SO presente capítulo encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e a extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da situação económica e financeira do Município à data de 30 de Junho de 2011.

Em termos de balanço, procede-se à comparação dos dados financeiros do primeiro semestre de 2011 com os dados evidenciados no final do ano 2010, em valores líquidos. Ao nível da demonstração de resultados, essa comparação é efectuada relativamente a períodos homólogos, isto é, primeiro semestre dos respectivos anos.



2
0
1
1

BALANÇO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O Balanço agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações da autarquia no momento retratado, servindo assim como um instrumento à comparação dos dados financeiros do 1º semestre de 2011 com os dados evidenciados no final do ano de 2010, estando aqui demonstrados os valores líquidos, sobre os quais incidirá a respectiva análise.

Sem prejuízo da apresentação do balanço no modelo oficial preconizado pelo POCAL, como anexo que integra as demonstrações financeiras do Município da Maia, insere-se neste capítulo a análise baseada no Sistema de Normalização Contabilística.

RUBRICAS	Datas		Variação	
	30-Jun-11	2010	Valor	%
ACTIVO				
Activo Não Corrente				
Imobilizado	444.483.818	449.894.502	-5.410.684	-1,2%
	444.483.818	449.894.502	-5.410.684	-1,2%
Activo Corrente				
Existências	609.710	665.349	-55.640	-8,4%
Dívidas de Terceiros	6.171.339	6.306.713	-135.374	-2,1%
Disponibilidades	6.064.357	5.034.962	1.029.395	20,4%
Acréscimos e diferimentos	1.811.118	2.445.483	-634.364	-25,9%
	14.656.524	14.452.507	204.017	1,4%
Total do activo	459.140.342	464.347.009	-5.206.667	-1,1%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio				
Património	298.813.567	298.809.328	4.240	0,0%
Ajustamentos de partes de capital em Empresas	-14.964	-14.964	0	0,0%
Reservas	17.001.660	16.958.643	43.016	0,3%
Resultados transitados	-337.403	-4.949.212	4.611.809	93,2%
Resultado líquido do exercício	-1.448.612	4.047.526	-5.496.139	-135,8%
Total do Capital Próprio	314.014.248	314.851.322	-837.074	-0,3%
Passivo não Corrente				
Provisões	2.700.000	1.100.000	1.600.000	145,5%
Empréstimos obtidos	48.724.844	52.566.010	-3.841.165	-7,3%
	51.424.844	53.666.010	-2.241.165	-4,2%
Passivo Corrente				
Dívidas a Terceiros	27.601.423	29.072.774	-1.471.352	-5,1%
Acréscimos e diferimentos	66.099.827	66.756.903	-657.076	-1,0%
	93.701.249	95.829.677	-2.128.428	-2,2%
Total do Passivo	145.126.094	149.495.687	-4.369.593	-2,9%
Total do Capital Próprio + Passivo	459.140.342	464.347.009	-5.206.667	-1,1%

Un.: Euros

ACTIVO

Da apreciação ao Balanço do Município à data de 30 de Junho, conclui-se que o Activo Líquido Total atingiu o montante de 459.140.342€, ao qual corresponde em termos brutos a quantia de 625.591.620€, sendo notória a preponderância do activo não corrente, o imobilizado, ao representar cerca de 96,80% do Activo

Líquido Total, percentagem que mesmo excluindo os Bens de Domínio Público, assume enorme expressividade ao situar-se em 69,25%.

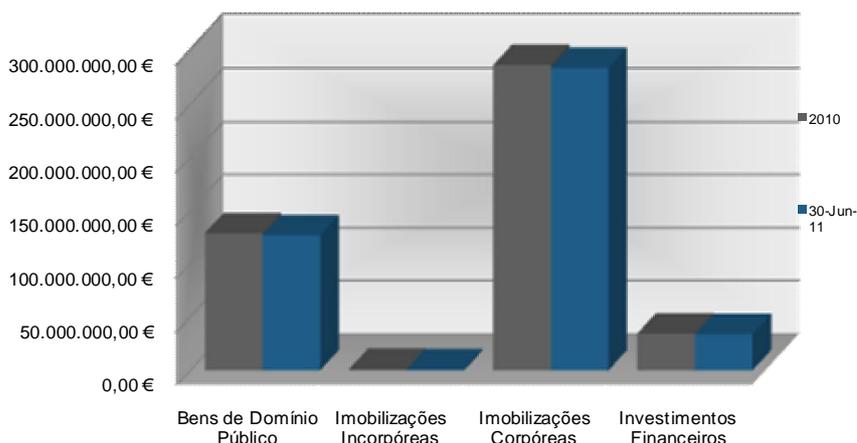
Activo Não Corrente

O activo não corrente, constituído pelos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, apresenta uma variação em relação ao ano anterior, de (-) 1,2%, todavia com variabilidades diferenciadas relativamente a cada uma das referidas componentes.

ACTIVO NÃO CORRENTE						
Rubricas	2010	%	30-Jun-11	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	128.585.866	28,58%	126.531.090	28,47%	-1,60%	-2.054.776
Imobilizações Incorpóreas	1.149.143	0,26%	1.093.468	0,25%	-4,84%	-55.674
Imobilizações Corpóreas	286.007.199	63,57%	283.340.734	63,75%	-0,93%	-2.666.465
Investimentos Financeiros	34.152.295	7,59%	33.518.526	7,54%	-1,86%	-633.769
TOTAL	449.894.502		444.483.818		-1,20%	-5.410.684

Un.: Euros

Activo não Corrente



O imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público continuam a ser as parcelas com maior expressão, apossando-se 63,75% e de 28,47%, respectivamente, do valor total do activo não corrente, reflectindo variações negativas de (-) 0,93% e (-) 1,60%, influenciadas pela variação da componente imobilizado em curso, designadamente a conclusão do Centro Escolar da Gandra e do Centro Escolar de Vermoim - Gueifães.

Por conta de investimentos financeiros, que integram 7,54% do activo líquido imobilizado, registou-se uma variação (-) 1,86% reflectindo à anulação da provisão aquando da dissolução da sociedade "Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.M.", assim como, procedeu-se a regularização da transferência realizada a favor da Espaço Municipal em 2007 a título de Prestações Suplementares no valor total de 650.000€ Referência para a fusão por incorporação mediante a transmissão Global do património da empresa Renovarum para a sociedade Espaço Municipal.

Em 30 de Junho de 2011 verifica-se que a valorização do capital dos três fundos de investimento Imobiliário ascendeu a 15.910.337€, traduzindo-se a diferença do custo de aquisição das unidades de participação e o seu valor de mercado em 589.663€, com reflexos ao nível das provisões que reduziram 25.349€ Este desempenho reflecte o crescimento do valor dos Activos Imobiliários associados ao Fundo Maia Golfe alavancados pela contabilização das Mais-Valias Eventuais que nestes primeiros seis meses incrementaram 200.000€, sendo a actual carteira de fundos de investimento imobiliário organizada e valorizada conforme se segue.

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
Natureza	30 de Junho de 2011				
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Valor Bruto de Balanço	Provisão	Valor Líquido
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)	5.500	1.000	5.500.000	429.533	5.070.467
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)	6.000	1.000	6.000.000	107.708	5.892.292
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior)	5.000	1.000	5.000.000	52.422	4.947.578
			16.500.000	589.663	15.910.337

Un.: Euros

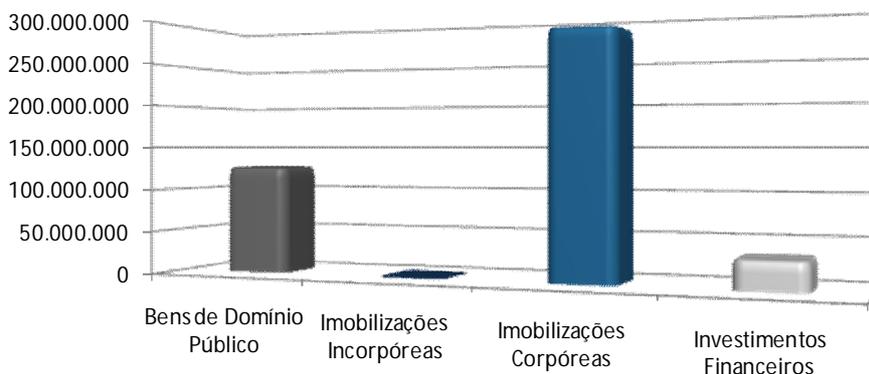
IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO							
Designação	2010			30-Jun-11			
	Activo Líquido	Passivo Líquido	Resultado Líquido	Activo Líquido	Passivo	Capital do Fundo	Resultado Líquido
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe	13.882.679	8.920.585	-172.596	14.082.679	9.012.212	5.070.467	108.373
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo	12.115.371	6.192.477	-27.321	12.020.962	6.128.670	5.892.292	-30.602
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior	7.385.713	2.376.570	9.143	7.421.069	9.870.681	4.947.578	-61.565

Un.: Euros

Por último, afere-se que os activos incorpóreos continuam a ter uma importância insignificante, representando apenas 0,25% do peso percentual do activo não corrente.

Conclui-se a apreciação do activo immobilizado com a inserção de gráfico demonstrativo da sua composição no período em referência.

Estrutura do Activo Não Corrente 30-Jun-11



Activo Corrente

O activo corrente é constituído pelas existências, dívidas de terceiros, disponibilidades e acréscimos e diferimentos e representa 3,1% do activo líquido total.

Como em anteriores gerências, as dívidas de terceiros e as disponibilidades são as rubricas com maior expressão, representando 42% e 41% respectivamente do total do activo corrente.

Inserir-se em termos brutos um quadro identificativo da alteração da estrutura das dívidas de terceiros, comparativamente ao precedente ano.

DÍVIDAS DE TERCEIROS - Activo Bruto			
	2010	30-Jun-11	Varição 2010/2011
Empréstimos Concedidos	78.809	81.137	2,95%
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	51.425	720.395	1300,86%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	10.855.803	9.176.683	-15,47%
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	-
Outros Devedores	3.772.613	2.947.045	-21,88%
Devedores de Transferências para as Autarquias Locais	2.023.633	567.567	-71,95%
Devedores Diversos - Outros	1.748.979	2.379.478	36,05%
TOTAL	14.758.649	12.925.260	-12,42%

Un.: Euros

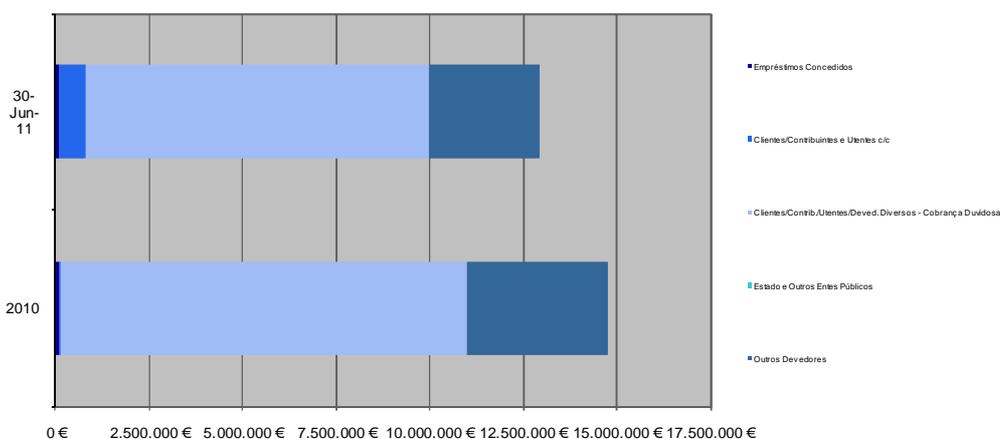
Verifica-se em termos brutos uma diminuição das dívidas de terceiros, influenciada na sua maioria pela rubrica dos “Devedores de Transferência para as Autarquias Locais” em virtude do término das transferências indexadas à Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar que se encontravam ao abrigo dos projectos de investimentos co-financiados por Fundos Comunitários do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Destaque para o incremento de 1300,86% (668.970,00€) da rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes C/C, reflexo da imputação das remunerações dos funcionários Municipais que se encontram a desempenhar funções nas empresas municipais, Espaço Municipal e Maiambiente, e respeitantes a diferentes exercícios económicos.

Quanto aos Clientes, Contribuintes, Utentes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, demonstra-se igualmente uma diminuição, fruto da gestão regular das dívidas de terceiros em sede de cobrança duvidosa com os inerentes reflexos ao nível das correspondentes provisões, cujo valor ascende 1.698.015,58€

Inserir-se a seguinte representação gráfica para melhor dimensionar as variações das dívidas de terceiros.

Dívidas de Terceiros 30-Jun-2011- Activo Bruto



Finaliza-se a apreciação do activo líquido com a alusão às disponibilidades, cujo montante a 30 de Junho de 2011 ascendeu a 6.064.356,97 € dos quais 5.968.555,64 € provêm de depósitos em Instituições de Crédito e 95.801,33 € de caixa.

Acréscimos e Diferimentos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no activo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja disposição se apresenta.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
27.1 - Acréscimos de Proveitos		1.724.135
27.1.1	Juros a Receber	29.352
27.1.3	Impostos e Taxas	772.844
27.1.4	Subsídios Correntes	826.804
27.1.5	Instalações Desportivas	6.486
27.1.9	Outros Acréscimos de Proveitos	88.650
27.2 - Custos Diferidos		86.983
27.2.1	Prémios de Seguro	58.809
27.2.9	Outros Custos Diferidos	28.174

Un.: Euros

Em Junho de 2011, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza activa fixou-se em 1.811.118€, uma diminuição de 26% face a 2010, cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 1.724.135€ e a Custos Diferidos o de 86.983 €

A rubrica com Impostos e Taxas representa 45% do total dos acréscimos de proveitos, reflectindo a especialização das receitas arrecadada em Julho de 2011, referente a Junho de 2011 com energia eléctrica (52,72), Impostos Directos (630.265,83) Juros de Mora (3.072,43), Juros Comp. (1.482,01), Inspeção de Elevadores (3408,85), para além dos proveitos relativos ao 1.º semestre com a ocupação do domínio público (SMAS).

As transferências e Subsídios Correntes contribuem com 48% para a formação dos acréscimos dos proveitos, derivado da especialização da receita com o programa de expansão do Pré-escolar componente social.

Passivo

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município da Maia, pelo que todas as considerações aí contidas se aplicam directa ou indirectamente aos comentários a esta rubrica, registando-se contudo que as importâncias aqui referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais, sendo a estas últimas imputáveis as eventuais diferenças verificadas em relação aos valores constantes naquele capítulo.

O passivo registou no final do semestre de 2011 uma quebra de (-) 2,9%, relativamente ao final do ano de 2010, com reflexo na maioria das suas componentes, tendo as reduções mais significativas ocorrido nos empréstimos obtidos e nas dívidas a terceiros, por contrapartida do aumento da rubrica provisões na ordem dos 145,5%.

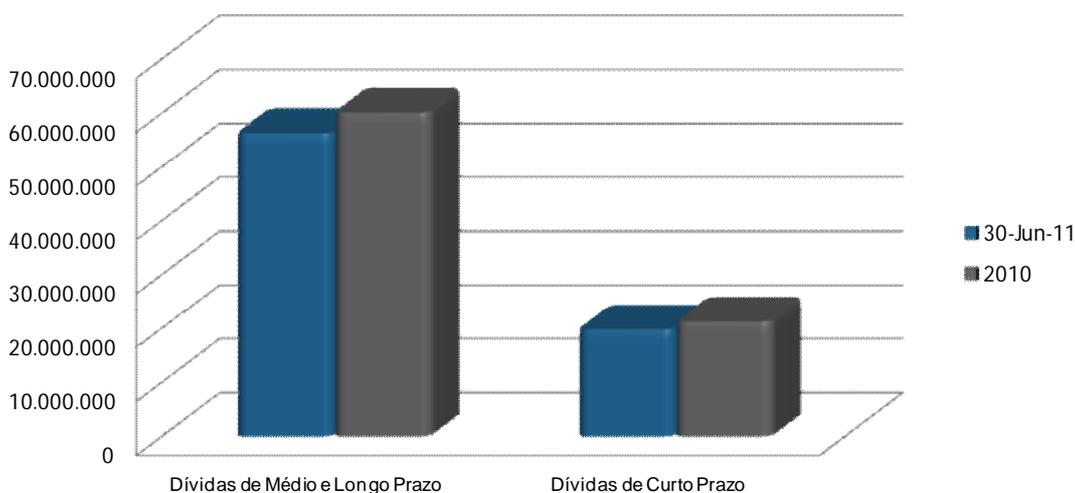
Do que é dado a observar, o Passivo Total atingiu o montante de 145.126.094 €, sendo notória a influência do passivo corrente ao representar cerca de 65% do Total do Passivo, tendência que se tem mantido ao longo dos últimos anos, em grande parte influenciada pela redução que se tem verificado anualmente na dívida de médio e longo prazo.

É também notório que são as dívidas a terceiros a componente que assume maior materialidade ao nível do passivo, ao representar 52,59% do valor total do passivo, o que justifica uma análise isolada de cada uma das rubricas, dada a complexidade inerente à sua natureza.

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e Não Orçamentais			
	2010	30-Jun-11	Variação
Dívidas de Médio e Longo Prazo	60.241.496	56.404.640	-6,37%
Dívidas de Curto Prazo	21.397.288	19.921.627	-6,90%
Total	81.638.784	76.326.267	-6,51%

Un.: Euros

Dívidas a Terceiros 30-Jun-11



Passivo Não Corrente

O passivo não corrente é composto pelas provisões para riscos e encargos, pelos empréstimos obtidos de médio longo prazo e pelos fornecedores de imobilizado de médio e longo prazo. Da sua análise ressalta o aumento significativo das provisões em virtude do reforço da provisão para riscos e encargos associados a processos judiciais em curso no valor de 1.600.000,00 €. A dívida de médio e longo prazo diminuiu no primeiro semestre (-) 6,37%, alicerçada na amortização dos empréstimos contraídos pelo Município. Ressalva-se o facto de o Município não ter recorrido a qualquer financiamento bancário.

Passivo Corrente

DÍVIDAS A TERCEIROS			
Operações Orçamentais	2010	30-Jun-11	Variação
Curto Prazo	16.714.900	15.161.454	-9,29%
Fornecedores c/c (incluindo facturas em recepção/conferência)	2.500.544	2.556.715	2,25%
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	29.200	29.200	
Fornecedores de Imobilizado c/c (incluindo facturas recepção/conferência)	9.469.913	8.142.585	-14,02%
Estado e Outros Entes Públicos:	12.684	69.170	-
Outros Credores	4.702.559	4.363.785	-7,20%
Sub-Total	16.714.900	15.161.454	-9,29%
Operações Não Orçamentais	2010	30-Jun-11	Variação
Curto Prazo	4.682.387	4.760.173	1,66%
Clientes e Utentes c/ Cauções:	1.758.429	1.823.351	3,69%
Fornecedores de Imobilizado c/ cauções	1.668.154	1.512.794	-9,31%
Estado e Outros Entes Públicos:	248.617	391.647	57,53%
Outros Credores	1.007.187	1.032.382	2,50%
Sub-Total	4.682.387	4.760.173	1,66%
TOTAL	21.397.288	19.921.627	-6,90%

Un.: Euros

No passivo corrente e no que respeita as operações orçamentais de curto prazo é de salientar os fornecedores de imobilizado c/c que, apresenta uma diminuição de (-) 14%, reflexo do esforço assumido pela autarquia em reduzir o valor da dívida.

Igualmente com declive negativo de (-) 7,2%, apresentam-se os Outros Credores, que vem mantendo a tendência do último exercício, diminuindo em 338.775 €, principalmente originada pelas transferências de capital processadas a favor das Freguesias.

Acréscimos e Diferimentos

Observando o princípio da especialização dos exercícios, reporta-se nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, as rubricas com os acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
27.3 - Acréscimos de Custos	3.241.745
27.3.2 Remunerações a Liquidar em 2011	2.791.683
27.3.3 Juros a Liquidar	185.657
27.3.9 Outros Acréscimos de Custos	264.405
27.4 - Proveitos Diferidos	62.858.081
27.4.2 Rendas:	15.085.045
Processo de antecipação de rendas	13.710.948
Outras rendas	12.848
Direito de Superfície	1.361.250
27.4.5 Subsídios para Investimentos	47.664.927
27.4.9 Outros Proveitos Diferidos	108.110

Un.:Euros

O reconhecimento de custos e proveitos de natureza passiva ascendeu a 66.099.826 €, correspondendo a Acréscimos de custos 3.241.745 € e a Proveitos Diferidos 62.858.081€

Representando 76% do total dos proveitos diferidos, a componente relativa aos Subsídios para investimentos reproduz as participações a obter no âmbito de projectos co-financiados, nomeadamente com a medida FEDER, que nos primeiros 6 meses incrementou 272.312,20€, reflexo da implementação dos investimentos com o SIMA – Modernização Infra-estruturas Técnicas Base Informática, com a recuperação das piscinas descobertas da Quinta da Gruta, assim como, com a construção de três polidesportivos.

As rendas reflectem o processo de cessão das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal, cujo valor oportunamente transferido para o Município é transferido para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao Imobilizado património da Autarquia e que é alvo de amortização.

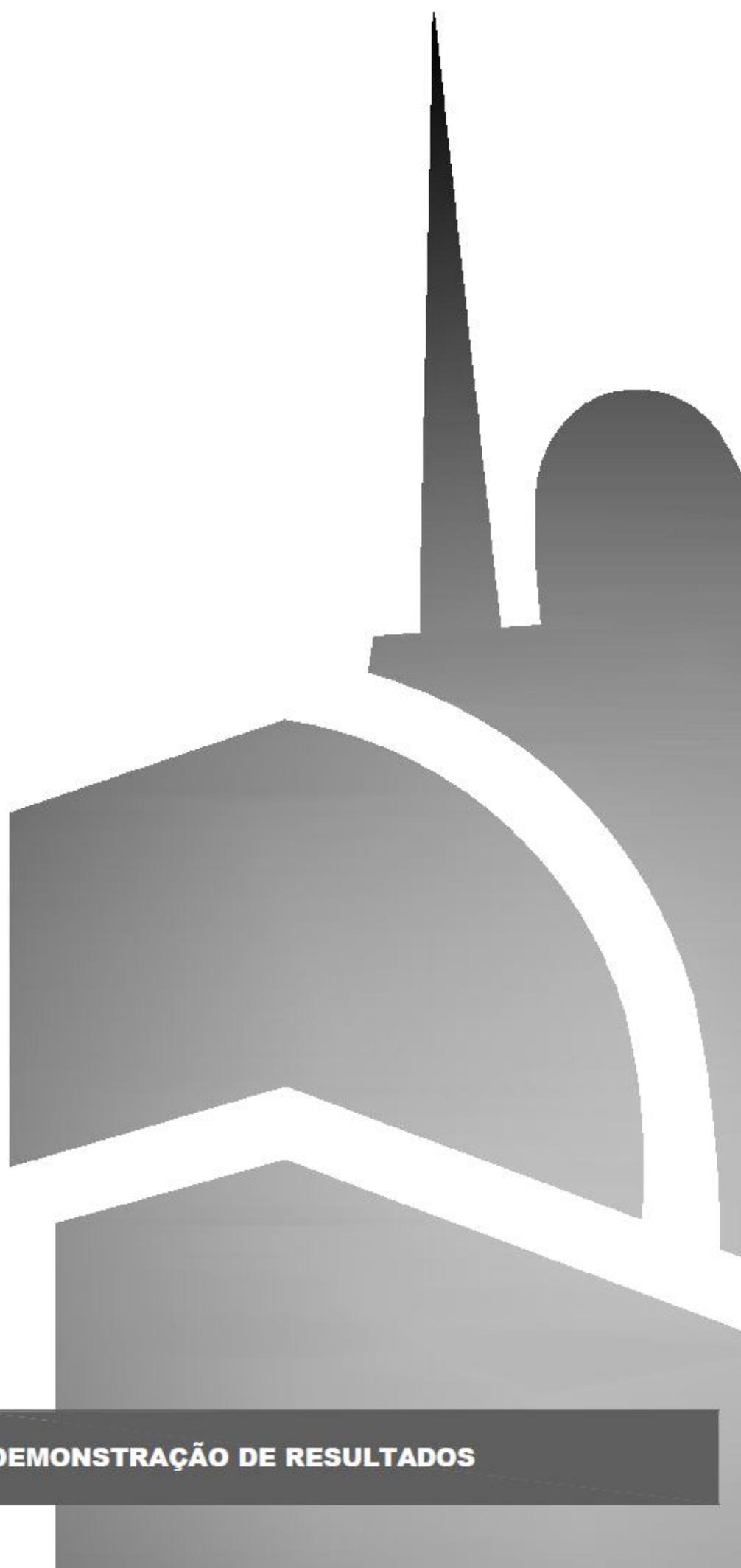
Fundos Próprios

FUNDO PATRIMONIAL				
30-06-2011				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	298.809.328	4.240	0	298.813.567
51.1 Património Inicial	235.278.765	4.240	0	235.283.005
51.1.1 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
51.1.2 Correções ao Balanço Inicial	45.387.736	4.240	0	45.391.976
51.2 Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-14.964	0	0	-14.964
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	16.958.643	43.016	0	17.001.660
571 Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
575 Subsídios	261.249	0	0	261.249
576 Doações	4.621.123	21.878	0	4.643.001
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329	0	0	2.100.329
578 Cedências	3.473.689	21.139	0	3.494.827
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	-4.949.212	4.752.649	140.840	-337.403
Totais	310.803.795	4.799.906	140.840	315.462.860

Un.Euros

Os Fundos Próprios totalizam em 30 de Junho de 2011 o valor 315.462.860 €, superior em 1,5% ao verificado no final do ano anterior.

O aumento dos Fundos Próprios, em cerca de 4.695.066 € assenta, especialmente, no reforço da conta 59 – Resultados Transitados, reflectindo a aplicação do Resultado Líquido do exercício apurado em 2010 no montante de 4.047.526€



2
0
1
1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação	
	30-Jun-11	30-Jun-10	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2.961.554	2.951.100	10.454	0%
Impostos e Taxas	15.461.051	17.149.947	-1.688.896	-10%
Outros Proventos Operacionais	8.119.496	8.458.791	-339.295	-4%
	26.542.101	28.559.839	-2.017.737	-7%
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	479.825	654.120	-174.295	-27%
Fornecimento e Serviços Externos	6.481.803	6.676.688	-194.886	-3%
Custos com Pessoal	10.060.232	9.811.874	248.357	3%
Transferências	1.773.302	3.642.592	-1.869.290	-51%
Outros Custos Operacionais	84.026	97.146	-13.120	-14%
	18.879.187	20.882.420	-2.003.233	-10%
Excedente Bruto de Exploração	7.662.914	7.677.418	-14.504	0%
Gastos não desembolsáveis (amortizações + provisões)	9.499.402	7.375.051	2.124.350	29%
Resultado Operacional	-1.836.487	302.367	-2.138.854	-707%
Gastos Financeiros Líquidos (78 - 68)	-754.244	-741.822	-12.422	2%
Resultados Extraordinários (79 - 69)	1.142.119	1.389.481	-247.362	-18%
Resultado do Período	-1.448.612	950.026	-2.398.638	-252%

Un.: K€

Do apuramento dos rendimentos e gastos relativos ao primeiro semestre de 2011 obtém-se um resultado líquido do exercício negativo de (-) 1.448.612€, reflectindo um decréscimo 252% face a período homólogo de 2010.

A actividade operacional do Município, constitui-se como o elemento fulcral para a formação dos resultados, gerando no primeiro semestre um excedente líquido de exploração ao nível do anterior, verificando-se porém, um declínio em termos quantitativos da receita operacional superior a redução dos custos operacionais.

Reflectindo a tendência dos últimos exercícios, a componente Impostos e Taxas, constitui-se como a que mais contribui para a formação da receita da autarquia. Com uma variação negativa de (-) 9,85%, (-) 1.688.896,40€, imputável às reduções das receitas provenientes das rubricas com os Impostos Indirectos, nomeadamente, com a taxa Municipal de Infra-estruturas urbanísticas e loteamento e obras de urbanização, assim como, com o I.M.T, não estando dissociada da conjuntura económica actual condicionada pelas medidas de contenção e dificuldade de acesso ao crédito bancário, afectando a actividade imobiliária. Ausência do registo da receita relativa a Derrama no primeiro semestre de 2011, reflecte uma diminuição de 594.076€ desta rubrica face a 2010.

Tendência inversa, os desempenhos positivos do Imposto Municipal sobre Imóveis, com um crescimento de 5,5%, Imposto Único de Circulação 7% e Publicidade 14%, traduzindo-se num acréscimo de receita no montante de 673.751,54€, e que amenizam a redução da rubrica com Impostos e taxas.

Os custos operacionais reflectem uma redução de 10%, alavancados pela diminuição generalizada das componentes que a constituem, contrariada apenas pelos custos com o pessoal, que aumentaram 3%.

Representando 31% da estrutura global dos custos, verifica-se que o crescimento dos custos com o pessoal encontra-se alicerçado no incremento de 97% (225.307,97€) das despesas de saúde, justificadas pelo início das retenções efectuados no âmbito do SEF e FSM, que assumiram obrigatoriedade a partir de Julho 2010 e que influenciam o 1.º semestre de 2011 em 124.432,90€, encontrando-se também reflectida uma factura da ADSE respeitante a Dezembro 2010 (74.110,09€) cujo registo se efectuou em 2011.

O crescimento das despesas com as remunerações do pessoal dos quadros está directamente associado ao incremento de 283.029,72€ dos custos com o Prog. Expans. Des. Educ. Pré-Escolar (Comp.DREN), verificando-se também, um acréscimo no montante global de 46.018,00€ dos custos com as remunerações nos departamentos de gestão de Recursos Humanos, de Qualidade e Auditoria Interna e do Departamento Desenvolvimento Social, valorizações estas, que absorvem as reduções verificadas em todos os outros departamentos.

Verifica-se um incremento do custo com o pessoal contratado a termo, assim como, com o pessoal em regime de avença, influenciados respectivamente pelas novas contratações AEC/SAF/CAF Integração do desporto pré-escolar e pelas avenças para a educação.

Ressalvar que as integrações de colaboradores acima referenciados efectuaram-se no desenrolar do ano económico de 2011, pelo que, o direito inerente ao Subsídio de Férias e Natal não teve reflexos no primeiro semestre. Tal facto justifica as variações negativas verificadas com as contas de contabilização de férias e subsídio natal em franco contra-ciclo face as rubricas de remunerações.

Destaque para a diminuição das transferências e subsídios correntes no montante de 1.869.290,22€, reflexo da ausência de transferências neste primeiro semestre para Empresa Municipal de Ambiente, - 1.250.000,00€, assim como, redução de 45%, no montante das transferências para as Instituições particulares, mantendo-se o custo com o apoio prestado pelo município a Academia das Artes da Maia, representativo de 17% do total das transferências e subsídios correntes.

O Reforço das provisões em 1.600.000,00€, face ao montante expectável de perda com risco elevado referente a processos judiciais em curso, que incrementou a rubrica em 3784% comparativamente a período homólogo, a par do crescimento de 8% (555.544,08€) do valor com as Amortizações do exercício, reflectindo a transferência de Imobilizado em curso para Imobilizado, na sua maioria Corpóreo, constituem a componente dos gastos não desembolsáveis.

Do desempenho das componentes que contribuem para a formação de Excedente Bruto de Exploração e dos valores dos gastos não desembolsáveis apura-se um resultado operacional negativo de (-) 1.836.487€

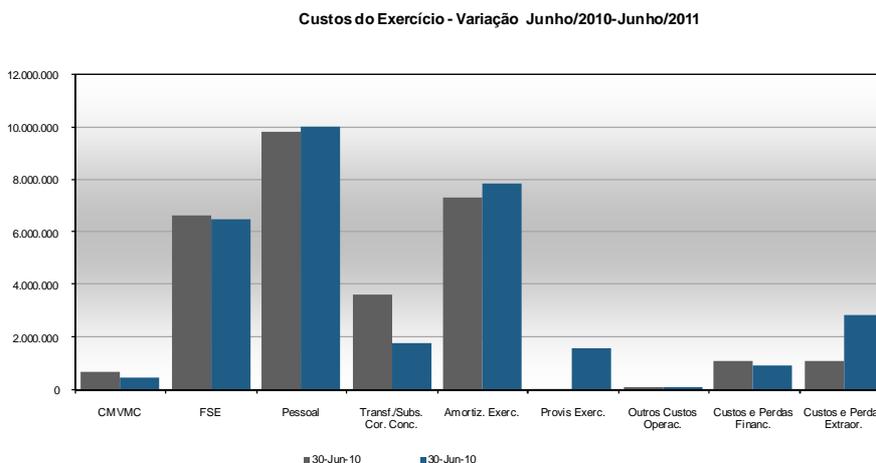
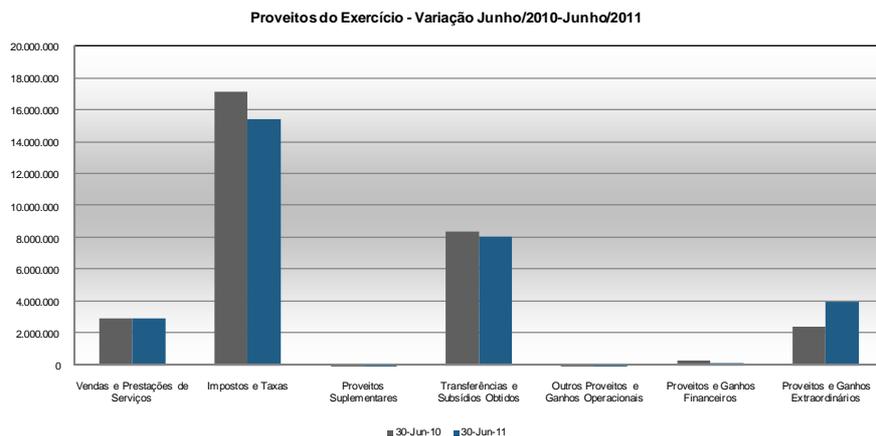
Variação pouco relevante a dos resultados financeiros, destacando-se a vertente com os Proveitos e Ganhos Financeiros que reflectem uma redução de 53%, explicados integralmente pela inexistência de rendimentos provenientes de participações de capital na empresa Águas do Cávado -193.669,20€ e uma redução de 47% dos rendimentos provenientes das Águas do Douro e Paiva.

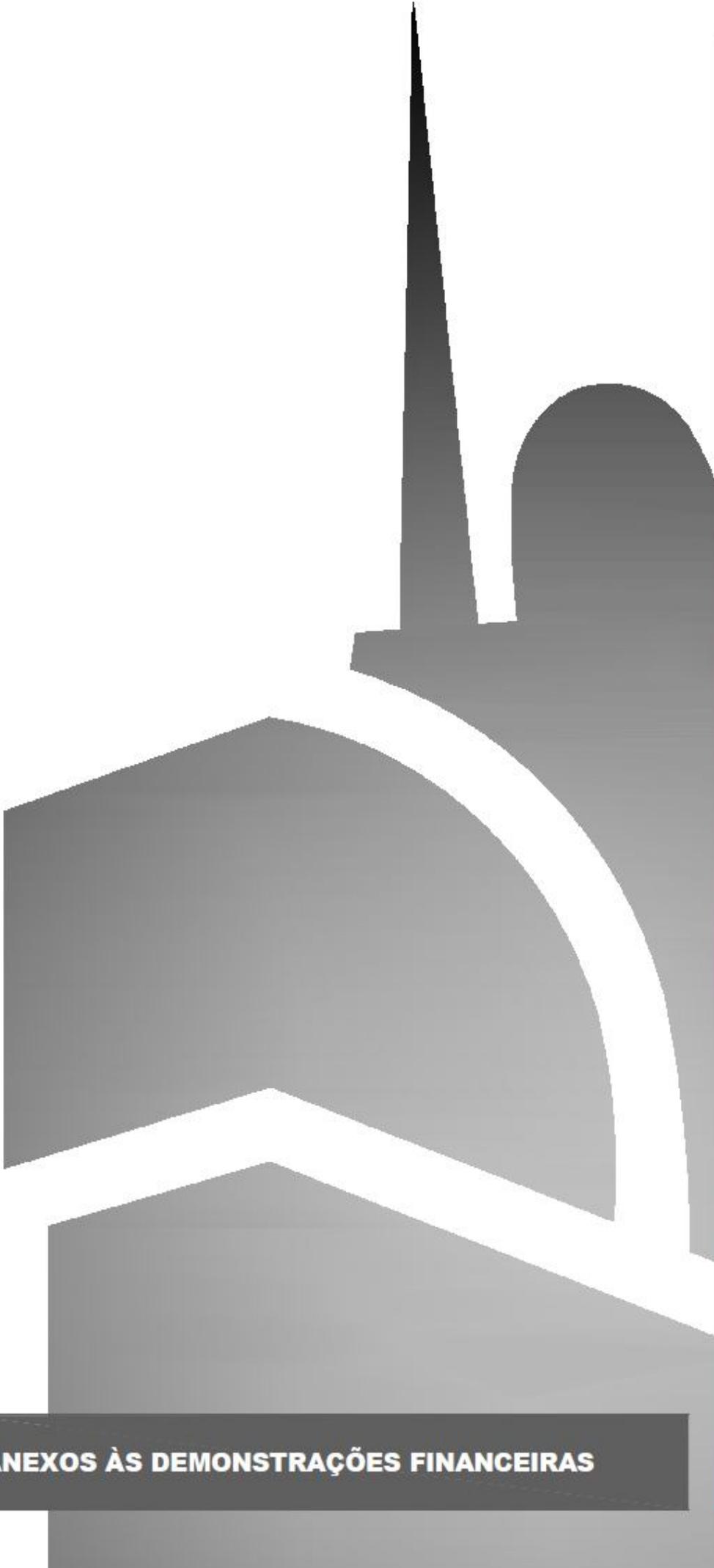
O ciclo dos resultados extraordinários apresenta proveitos superiores aos custos, apesar da redução de 18%, (-) 247.362€ face a idêntico semestre do ano transacto.

As regularizações de existências do armazém, no montante de 64.024,05€ e contabilizadas como Sinistro, contribuíram igualmente para o incremento dos Custos Extraordinários. Inversamente verifica-se uma redução de 58% (-) 97.851€ das transferências de capital concedidas até a presente data as Instituições particulares.

Na vertente dos proveitos extraordinários verifica-se uma redução com rubrica das alienações de imobilizações no montante de 629.962€, resultado dos movimentos relativos a constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Praça Maior, com grande relevância no primeiro semestre de 2010. Em contra ciclo verifica-se um incremento dos proveitos extraordinários com as componentes de Correções Relativas a Exercícios Anteriores, reflectindo o registo de receitas relativas a taxas e regularizações de amortizações relativas a exercícios anteriores. Incremento dos proveitos com a rubrica Multas e Penalidades, nomeadamente com a vertente de cobrança de juros de mora e multas e penalidades, responsáveis por um acréscimo de 262.332€ comparativamente com o primeiro semestre de 2010.

Finaliza-se com a inserção de gráficos que permitem aferir as variações ocorridas dos custos e proveitos nestes dois exercícios.





2
0
1
1

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO
1º Semestre 2011
PAG. 1
MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		1º Semestre 2011			2010
		A B	A/P	A L	A L
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	18.007.585,99		18.007.585,99	17.962.127,74
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	
453	Outras construções e infra-estruturas	165.437.364,10	74.735.042,44	90.702.321,66	91.652.905,12
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.302.338,96	102.432,22	1.199.906,74	1.206.271,01
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	
445	Imobilizações em curso	15.883.918,10		15.883.918,10	17.027.204,63
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	737.357,20		737.357,20	737.357,20
		201.368.564,35	74.837.474,66	126.531.089,69	128.585.865,70
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	1.382.969,12	1.300.811,10	82.158,02	107.759,35
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.468.257,76	1.204.136,51	264.121,25	271.393,85
443	Imobilizações em curso	747.189,19		747.189,19	769.989,41
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
		3.598.416,07	2.504.947,61	1.093.468,46	1.149.142,61
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	42.846.565,31		42.846.565,31	42.639.471,49
422	Edifícios e outras construções	278.164.740,59	59.470.501,61	218.694.238,98	215.163.142,99
423	Equipamento básico	9.605.323,94	7.598.504,11	2.006.819,83	2.526.795,29
424	Equipamento de transporte	2.302.331,42	2.177.874,60	124.456,82	143.999,06
425	Ferramentas e utensílios	483.471,33	459.679,20	23.792,13	30.646,35
426	Equipamento administrativo	1.765.379,14	1.698.269,63	67.109,51	77.383,75
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	11.694.541,46	8.503.435,86	3.191.105,60	3.209.101,56
442	Imobilizações em curso	15.562.735,55		15.562.735,55	21.454.428,43
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	823.910,00		823.910,00	762.230,00
		363.248.998,74	79.908.265,01	283.340.733,73	286.007.188,92
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	19.446.656,13	1.855.884,06	17.590.772,07	18.249.889,26
412	Obrigações e títulos de participação	18.539,77	1.122,48	17.417,29	17.417,29
414	Investimentos em imóveis	0,00		0,00	
415	Outras aplicações financeiras	16.500.000,00	589.663,29	15.910.336,71	15.884.988,07
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	
		35.965.195,90	2.446.669,83	33.518.526,07	34.162.294,62
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	538.141,22		538.141,22	593.780,92
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	
33	Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	
32	Mercadorias	71.568,41		71.568,41	71.568,41
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	
		609.709,63		609.709,63	665.349,33
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	81.137,11		81.137,11	78.808,63
211	Clientes c/c	608.844,15		608.844,15	5.762,63
212	Contribuintes c/c	93.786,05		93.786,05	32.949,25
213	Utentes c/c	17.764,46		17.764,46	12.713,28
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	6.223.923,10	5.029.125,14	1.194.797,96	1.271.456,39
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00		0,00	
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	
264	Administração autárquica	0,00		0,00	
262+263+267+268	Outros devedores	5.899.804,85	1.724.795,60	4.175.009,25	4.905.022,74
		12.925.259,72	6.753.920,74	6.171.338,98	6.306.721,92
	Títulos negociáveis				
151	Ações	0,00		0,00	
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	
159	Outros títulos	0,00		0,00	
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	5.968.555,64		5.968.555,64	5.026.328,28
11	Caixa	95.801,33		95.801,33	8.633,62
		6.064.356,97		6.064.356,97	5.034.961,90
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proventos	1.724.135,08		1.724.135,08	2.343.854,70
272	Custos diferidos	86.983,33		86.983,33	101.627,93
		1.811.118,41		1.811.118,41	2.445.482,63
	Total de amortizações		157.250.687,28		
	Total de provisões		9.200.590,57		
	Total do activo	625.591.619,79	166.451.277,85	459.140.341,94	464.347.008,63

BALANÇO

1º Semestre 2011

PAG. 2

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		1º Semestre 2011	2010
		AB	AL
	Fundos próprios		
51	Património	298.813.567,41	298.809.327,62
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-14.963,94	-14.963,94
56	Reservas de reavaliação	0,00	
	Reservas		
571	Reservas legais	3.343.713,82	3.343.713,82
572	Reservas estatutárias	0,00	
573	Reservas contratuais	0,00	
574	Reservas livres	0,00	
575	Subsídios	261.248,58	261.248,58
576	Doações	4.643.000,51	4.621.122,56
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	2.100.329,37	2.100.329,37
578	Cedências	3.494.827,14	3.473.688,61
579	Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
59	Resultados transitados	-337.402,78	-4.949.211,71
88	Resultado líquido em exercício	-1.448.612,32	4.047.526,47
		314.014.248,13	314.851.321,72
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	2.700.000,00	1.100.000,00
		2.700.000,00	1.100.000,00
	Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)		
2312	Empréstimos obtidos de MLP	47.720.384,41	51.455.817,03
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP	1.004.460,07	110.92,71
		48.724.844,48	52.566.009,74
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	
2312	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	7.468.330,68	7.464.021,15
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	
221+223	Fornecedores c/c	1.096.490,76	1.241.396,45
227+228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.460.223,94	1.259.147,16
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	
217	Clientes e utentes c/ cauções	1.823.350,59	1.758.428,81
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.200,00	29.200,00
2611+2612+2613+2614	Fornecedores de imobilizado c/c	9.494.737,18	10.676.196,79
2615	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	160.640,96	461.870,88
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	2.114.652,28	2.114.652,28
24	Estado e outros entes públicos	460.816,99	261.301,80
264	Administração autárquica	0,00	
262+263+267+268	Outros credores	5.396.166,23	5.709.746,03
		27.601.422,61	29.072.774,35
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.241.745,25	2.912.311,16
274	Proveitos diferidos	62.858.081,47	63.844.591,66
		66.099.826,72	66.756.902,82
		145.126.093,81	149.495.686,91
	Total dos fundos próprios e do passivo	459.140.341,94	464.347.008,63

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
1º Semestre 2011
MUNICÍPIO DA MAIA

Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios	
		1º Semestre 2011	1º Semestre 2010
Custos e Perdas			
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		
	Mercadorias		1.573,90
	Matérias	479.824,89	479.824,89
62	Fornecimentos e serviços externos		6.481.802,50
64	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	8.326.678,76	8.337.346,34
643 a 648	Encargos sociais:		
	Pensões	8.057,16	7.862,80
	Outros	1.725.495,71	1.466.665,03
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		1.773.301,55
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		7.889.134,38
67	Provisões		1.610.267,43
65	Outros custos e perdas operacionais		84.026,36
	(A)		28.378.588,74
68	Custos e Perdas Financeiras		927.118,77
	(C)		29.305.707,51
69	Custos e perdas extraordinárias		2.873.871,22
	(E)		32.179.578,73
88	Resultado Líquido do exercício		-1.448.612,32
		30.730.966,41	314.13.511,93
Proveitos e Ganhos			
71	Vendas :		
	Mercadorias	1.466,24	451,08
	Venda de produtos		1.031,13
	Prestações de Serviços	1.750.778,21	1.783.611,62
	Rendas + Seminários, exposições e similares	1.209.309,28	2.961.553,73
72	Impostos, taxas, Outros		15.461.051,05
	Variação da produção		
75	Trabalhos para a própria empresa		
73	Proveitos suplementares		20.981,01
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:		
741	Transferências - Tesouro		
742+743	Outras	8.091.437,53	8.433.415,32
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		7.077,93
	(B)		26.542.101,25
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		172.874,63
	(D)		26.714.975,88
79	Proveitos e ganhos extraordinários		4.015.990,53
	(F)		30.730.966,41
Resumo:			
Resultados Operacionais:(B)-(A)=		-1836.487,49	302.366,66
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=		-754.244,14	-741.822,18
Resultados Correntes:(D)-(C)=		-2.590.731,63	-439.455,52
Resultado Líquido do Exercício:(F)-(E)=		-1.448.612,32	950.025,65

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

1º Semestre 2011

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	1º Semestre 2011	1º Semestre 2010		1º Semestre 2011	1º Semestre 2010
68.1 Juros Suportados	898.645,63	1000.601,01	78.1 Juros Obtidos	41263,33	29.117,68
68.2 Perdas em Entidades Participadas	0,00	0,00	78.2 Ganhos em Entidades Participadas	0,00	0,00
68.3 Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	78.3 Rendimentos de Imóveis	4.476,78	4.640,74
68.4 Provisões para aplicações financeiras	9.117,19	95.271,55	78.4 Rendimentos de participação de capital	23.352,88	237.324,23
68.5 Diferenças de Câmbios Desfavoráveis	0,00	0,00	78.5 Diferenças de Câmbio Favorável	0,00	0,00
68.7 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	78.6 Desc. De pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
68.8 Outros Custos e Perdas Financeiras	19.355,95	15.080,43	78.7 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
RESULTADOS FINANCEIROS	-754.244,14	-741.822,18	78.8 Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	103.781,64	98.048,16
TOTAL	172.874,63	369.130,81	TOTAL	172.874,63	369.130,81

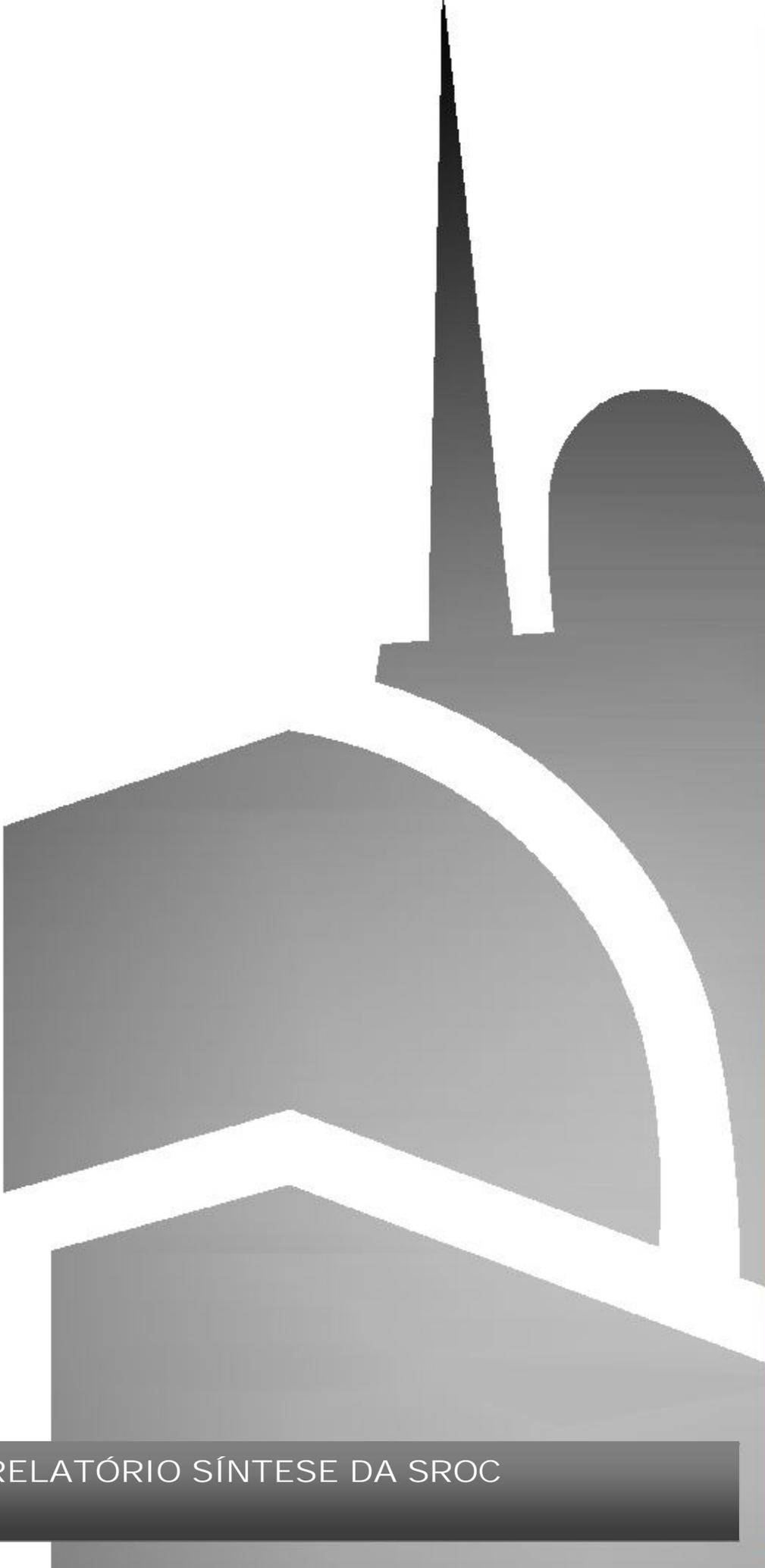
Unid:Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

1º Semestre 2011

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	1º Semestre 2011	1º Semestre 2010		1º Semestre 2011	1º Semestre 2010
69.1 Transferências de Capital Concedidas	916.484,26	1016.892,02	79.1 Restituições de Impostos	0,00	0,00
69.2 Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	79.2 Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
69.3 Perdas em Existências	64.120,22	0,00	79.3 Ganhos em Existências	0,00	0,00
69.4 Perdas em Imobilizações	0,00	391,73	79.4 Ganhos em Imobilizações	471.103,18	1200.045,97
69.5 Multas e Penalidades	0,00	420,75	79.5 Benefícios de penalidades contratuais	327.537,60	65.011,16
69.6 Aumentos Amortizações Provisões	0,00	0,00	79.6 Reduções de amortizações e provisões	1733.631,65	153.452,26
69.7 Correções relativos a exercícios anteriores	1853.700,03	38.238,14	79.7 Correções relativos a exercícios anteriores	646.647,74	304.498,35
69.8 Outros Custos e Perdas Extraordinários	37.566,71	40.118,78	79.8 Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	837.070,36	841.534,86
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	1.142.119,31	1.389.481,17	TOTAL	4.015.990,53	2.484.542,59
TOTAL	4.015.990,53	2.484.542,59	TOTAL	4.015.990,53	2.484.542,59

Unid:Euros



2
0
1
1

RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC

maia
CÂMARA MUNICIPAL

*an independent member of BKR International
in principal cities worldwide*

Ao
Órgão Deliberativo do
Município da Maia
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
4474-006 Maia
Portugal

Maia, 13 de Setembro de 2011

Relatório Síntese de Conclusões Individual – Situação Económica e Financeira a 30-06-2011

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do Artº 48 da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, remetemos a V. Exas. Relatório Síntese de Conclusões com referência ao período findo em 30 de Junho de 2011.

~~Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito.~~

Relembramos que os procedimentos de auditoria utilizados na revisão desta informação semestral consistiram essencialmente na execução de Procedimentos Analíticos Substantivos (indagações; comparações; análises de razoabilidade; etc.), os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados de forma a que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas.

Os dados semestrais inerentes às conclusões ora apresentadas são os seguintes: Balanço – 459.140.341 €; Passivo – 145.126.093 €; Fundos Próprios – 314.014.248 €; Resultado Líquido Negativo do Exercício – (1.448.612 €); Despesa Paga – 28.881.779 € e Receita Cobrada – 29.833.389 €.

Município da Maia

1 Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Público

Como aspetos relevantes que entendemos levar ao conhecimento de V. Exas. relacionadas com as Demonstrações Financeiras Semestrais, destacamos os seguintes:

- i) O Imobilizado global do Município, incluindo o Incorpóreo e os Investimentos Financeiros, representa, à data de 30-06-2011, cerca de 97% do total do Ativo, dos quais 28% são constituídos por Bens do Domínio Público;
- ii) Conforme referido nos sucessivos relatórios de Prestação de Contas, o Município encontra-se num processo de atualização e recuperação de cadastro dos diferentes bens de imobilizado, donde têm resultado correções sucessivas, aos Fundos Próprios. À data de 30-06-2011 a diferença entre os valores registados em Imobilizado em Curso na aplicação do Património e na aplicação da Contabilidade ascende a 3,3 M € (em 30-06-2010 esta diferença ascendia a cerca de 27 M € e em 31-12-2010 a 3,5 M €);
- iii) No período verificou-se a passagem de cerca de 9,5 M € de imobilizado em curso para imobilizado firme, 68% (6,5 M €) dos quais relacionados com bens do imobilizado corpóreo, sendo de destacar que destes 4,7 M € referem-se aos centros escolares da Gandra e de Vermoim, enquadrados no projeto de renovação do parque escolar.

2 Investimentos Financeiros

2.1 No final do 1º Semestre-2010 o Município detém 100% de 3 (três) Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechado (FEIIF), registados contabilisticamente pelo valor de 16,5 M €. Estes fundos apresentam Passivos na ordem dos 17,3 M € (em 31-12-2010 o Passivo ascendia a cerca de 17,5 M €). Considerando a valorização do mercado dos fundos constituídos, de acordo com informação da CMVM, o Município procedeu à reversão das Provisões em cerca de 25.000 €, correspondente à valorização face a 2010. De referir, no entanto, que não dispomos de contas auditadas destes fundos com referência ao final do 1ª Semestre/2011.

2.2 Contrariamente ao nosso entendimento, o Município não adota o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para registo das suas participações financeiras. O impacto da não aplicação do MEP à data de 30-06-2011, apesar de não ser de tal forma significativo ao ponto de provocar distorções relevantes na leitura das Demonstrações Financeiras ora apresentadas, pode ser apresentado da seguinte forma (valores em €):

Município da Maia

Entidade	% Detida	Valor Contabilístico	Ajustamentos Necessários		
			Investimentos Financeiros	Fundos Próprios	Provisões
Empr. Metr. Estacionamento da Maia, E.M.	100%	124.699	118.916	(118.916)	
Acad. Artes da Maia – Prod. Culturais, E.M.	100%	0	0	204.835	(204.835)
Maiambiente, E.M.	100%	1.496.394	457.260	(457.260)	
Espaço Municipal, E.M.	100%	11.725.533	17.561	(17.561)	
MACMAI, Lda.	100%	0	0	181.807	(181.807)
TECMAIA, S.A.	51%	2.266.581	(347.106)	347.106	
Conservatório Música Maia, Soc. Unip., Lda.	100%*	0	0	96.940	(96.940)
Total		15.613.207	246.631	236.951	(483.582)

*Participação indireta através da Academia das Artes, detentora do Capital.

Os valores constantes das colunas de “Ajustamentos Necessários”, foram apurados da seguinte forma:

- i) Comparação entre o montante constante da rubrica Investimentos Financeiros do Município da Maia com os Capitais Próprios das participadas, com referência ao 1º Semestre-2011 (dado não termos recebido até ao momento as contas da MACMAI referentes a Junho de 2011, considerou-se que esta participada não teve qualquer movimento no período);
- ii) Quando essa diferença é positiva, ou seja, os Capitais Próprios da participada são superiores ao montante registado nas contas do Município, significa que estas teriam de ser ajustadas positivamente, aumentando em consequência o Ativo e os Fundos Próprios;
- iii) Se ao invés o valor é negativo, ou seja os Capitais Próprios da participada são inferiores ao montante registado nas contas do Município, significa que estas teriam de ser ajustadas negativamente, diminuindo, em consequência, o Ativo e os Fundos Próprios, mas tendo por limite a redução total do investimento; e
- iv) Se as perdas ultrapassarem o valor do investimento, ou seja, quando os Capitais Próprios da participada são negativos, então o diferencial, na proporção do capital detido, terá de ser provisionado, presumindo-se que o detentor do capital assumiria a sua quota-parte nas responsabilidades. Encontra-se nesta situação a MacMai, Lda. (181.807 €), com as limitações já anteriormente, a Academia das Artes (204.835 €) e o Conservatório de Música da Maia (96.940 €).

Município da Maia

3 Fundos Próprios

As variações nos Fundos Próprios devem-se essencialmente ao Resultado apurado do Período. As alterações entre rubricas relacionam-se com a aplicação do Resultado Líquido do período anterior.

4 Fornecedores de Imobilizado

Trata-se da rubrica do Passivo com maior variação face a 31-12-2010 (diminuição na ordem dos 1,5 M €), traduzindo o esforço do Município na redução do passivo corrente.

5 Impostos e Taxas

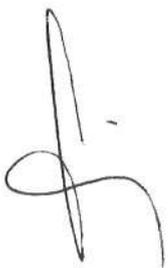
É a rubrica de Proveitos mais relevante do Município, sublinhando-se, comparativamente ao semestre homólogo, a descida significativa nas sub-rubricas associadas à arrecadação de receita de IMT e Derrama, com descidas na ordem dos 293.000 € e 594.000 €, respetivamente. Esta redução não foi compensada pelo aumento das receitas de IMI (cerca de 537.000 €) e de IUC (cerca de 87.000 €), proporcionando um decréscimo global de proveitos em Impostos Diretos na ordem dos 294.000 €.

Ao nível dos impostos indiretos, salienta-se a redução significativa da arrecadação da taxa municipal de infraestruturas urbanísticas (TMU) em cerca de 930.000 €, fruto da tendência do mercado imobiliário.

6 Execução Orçamental (final do 1º Semestre/2011)

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

- i) Receitas Correntes – o nível de execução ascende a cerca de 44%, com especial destaque para os Impostos Diretos (42%) e Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades (42%);
- ii) Receitas de Capital – o nível de execução ascende apenas a cerca de 9% (executados cerca de 2,6 M € para um orçamento anual de 29 M €). Para a execução do Semestre contribuíram significativamente as transferências da Administração Central a título da participação comunitária em projetos cofinanciados;



Município da Maia

- iii) Despesas Correntes – o nível de execução ronda os 42%. Nesta execução destaque para a aquisição de bens e serviços, cuja execução ascendeu a cerca de 39% do orçamento anual; e
- iv) Despesas de Capital – apresentam um nível de execução de 20% (cerca de 8,4 M € face a um orçamento de 42 M €).

7 Endividamento

Relativamente a esta matéria, os dados apontam para um “Limite de Endividamento Líquido” na ordem dos 33 M €, bastante acima dos cerca de 27 M € correspondentes ao endividamento líquido consolidado do Município.

No que se refere aos limites estabelecidos para a contração de empréstimos de Médio e Longo Prazo, verifica-se ter sido excedida a capacidade de endividamento em cerca de 1 M €.

De referir, tal como consta da “Análise da Dívida do Município no Relatório de Gestão Semestral”, que a Lei do Orçamento de Estado para 2011 veio alterar os limites de endividamento e da contração de empréstimos de médio-longo prazo, com impacto significativo no apuramento dos valores associados.

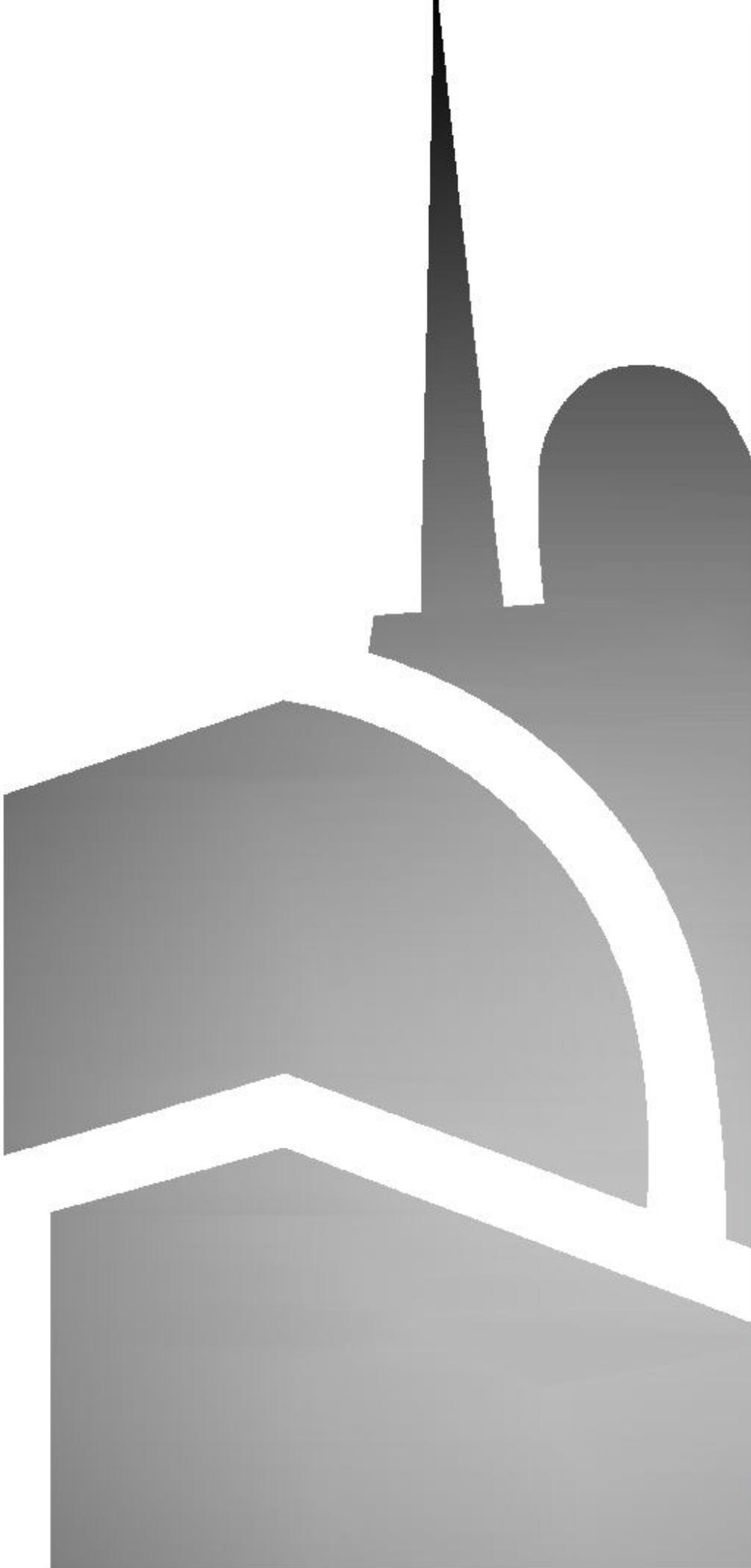
Com os nossos melhores cumprimentos,

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia
CÂMARA MUNICIPAL